



## Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

### Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

#### ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DOZE

“Artigo décimo segundo, número um, alínea b) do Regimento”

-----Aos vinte e oito dias do mês de Dezembro de dois mil e doze, no auditório do edifício dos Paços do Concelho, Salão Nobre da Câmara Municipal de Almeirim pelas vinte e uma horas e dezoito minutos, encontrando-se presente a maioria dos membros que compõem a Assembleia Municipal, reuniu esta em sessão ordinária, com o objectivo de dar cumprimento à seguinte Ordem de Trabalhos: -----

-----  
**PONTO UM – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DO EXECUTIVO MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM, DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO, DA LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE, BARRA, NOVENTA E NOVE, DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI NÚMERO CINCO, TRAÇO A BARRA, DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO, CONJUGADO COM O ESTIPULADO NA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM, COM A PREVISÃO DO NÚMERO NOVE DO ARTIGO QUARTO NOS TERMOS DO ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO DO REGIMENTO DESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

-----  
**PONTO DOIS - APRECIÇÃO, DO REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DO MUNICÍPIO.** -----

-----  
**PONTO TRÊS - APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E ORÇAMENTO PARA O ANO DE DOIS MIL E TREZE (INCLUINDO O QUADRO E MOVIMENTO DE PESSOAL), NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO NÚMERO DOIS DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI NÚMERO CINCO – A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO.** -----

-----  
**PONTO QUATRO - APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE ESCRITURA DE DOAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS SOCIAIS DESTINADOS A INFANTÁRIO E CENTRO DE DIA DE FAZENDAS DE ALMEIRIM.** -----



## Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

-----  
**PONTO CINCO – APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO** DA PROPOSTA “CESSAÇÃO DE PROCEDIMENTO CONCURSAL”, PARA PREENCHIMENTO DE DOIS POSTOS DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE ASSISTENTE TÉCNICO, PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÕES NA ÁREA TÉCNICA/ADMINISTRATIVA E MONITORIZAÇÃO DE ESPAÇOS INTERNET DO MUNICÍPIO. -----

-----  
**PONTO SEIS – APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO** DA APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS COM A LT-SRU. -----

### -----PERÍODO ANTES-DA-ORDEM-DO-DIA-----

----- (Artigo décimo oitavo, número um do Regimento) -----

Procedeu-se à verificação das presenças dos elementos que compõem a Assembleia Municipal de Almeirim, convocados pelo Senhor Presidente da Assembleia nos termos do número um, alínea b) do artigo cinquenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove, barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, republicada em anexo à Lei número cinco traço A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, conjugado com o número um, alínea **b**) do artigo sétimo do Regimento, tendo-se verificado as seguintes presenças: Na mesa; José Francisco Correia Afonso Marouço, (Presidente da Mesa da Assembleia Municipal); Carlos Manuel Russo Mota (Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia); Teresa Isabel Almeida Filipe (Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal); Manuel Botas Soares; Ana Sofia Casebre; Domingos Manuel Monteiro Martins; Manuel Luís da Cruz Bárbara; Luiz Filipe Esteves Neves Inês; Rui Manuel Oliveira Pinto Pires; Jorge Alexandre Castro Videira Veiga Dias; Duarte Velhais da Mota Cerveira; Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha; Ana Lúcia Mesquita Nunes Gomes Ribeiro; João Miguel Gonçalves Lopes; Maria José Cardoso; Samuel Amorim Prôa; Manuel de Almeida Minderico; Pedro António Mendonça Ramos; Susana Margarida Fernandes Mendes; Manuel Virgínia Lourenço; Carla Marina Sousa Jesus Silva; Manuel Bastos Martins (Presidente de Junta de Fazendas de Almeirim); Joaquim Francisco Leonor Sampaio (Presidente da Junta de Almeirim); José David Ventura Gouveia (Presidente de Junta da Raposa); Alfredo da Silva Trindade (Presidente da Junta de Benfica do Ribatejo); do Executivo Municipal o Senhor José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes (Presidente da Câmara Municipal); Maria Emília Castelo A. Botas Moreira



### Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

(Vereadora). José Carlos Silva (Vereador), José Manuel Aranha Figueiredo (Vereador) e Nuno Pinhão Fazenda (Vereador). -----

Registo de faltas do Executivo Municipal: Maria de Fátima Rodrigues Pina (Vereadora). -----

----- Sendo vinte e uma horas e doze minutos, declarou o senhor Presidente da Assembleia Municipal, aberta a sessão. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Boa noite ao Executivo Municipal, Deputados Municipais e público presente. Verifico que existe quórum na Assembleia, pelo que declaro aberta a sessão ordinária de Dezembro de dois mil e doze. -----

Estão presentes vinte os vinte e cinco membros que compõem esta assembleia. -----

Ou seja, dezasseis elementos do Grupo do PS, quatro do Grupo do MICA, três do Grupo da CDU e dois do Grupo do PPD/PSD. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Vou começar esta sessão colocando à apreciação, para depois podermos votar, a acta da Sessão Ordinária do Mês de Setembro de dois mil e doze. Não havendo inscrições, vamos passar à sua votação. -----

----- \* **Votação da acta da sessão ordinária do Mês de Setembro de dois mil e doze.** Aprovada com vinte e três votos a favor, quinze do grupo do PS, quatro do grupo do MICA, três do grupo da CDU e uma do grupo do PPD/PSD. Duas abstenções, uma abstenção do grupo do PS, e uma do Grupo do PPD/PSD. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

**MANUEL LUÍS BÁRBARA** (Grupo do PS) »» A minha abstenção prende-se com o facto de não ter estado presente na reunião, por motivos atempadamente justificados.

-----CORRESPONDÊNCIA-----

----- (Artigo vigésimo quarto, alínea b) do Regimento) -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**»» Vou passar a dar conta da correspondência recebida. -----

Foi recebida entre a última sessão ordinária da Assembleia, datada de vinte e oito de Setembro de dois mil e doze, e a presente sessão ordinária, a seguinte correspondência, enviada por: -----

Assembleia da República – Ofício a enviar requerimento do Grupo do CDS/PP sobre avaliação geral de prédio urbanos. -----

BMA – Banda Marcial de Almeirim – Ofício/convite para assistir ao Concerto de Natal no Cine-teatro de Almeirim. -----



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, enviou a esta Assembleia a seguinte documentação: Ofício com assuntos a incluir na sessão extraordinária da Assembleia Municipal do mês de Novembro, ofício a enviar documentos relativos ao PAEL II, Ofício a enviar orçamento e plano da CIMLT de dois mil e treze, Ofício a enviar o relatório de gestão do 1º semestre dois mil e doze, orçamento e plano para dois mil e treze da LT,SRU.-----

JOSÉ MARIA FIGUEIREDO RODRIGUES – Carta a solicitar a cedência de um espaço para desenvolver a sua actividade de artesanato. -----

CIMLT – Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo – Ofício a enviar orçamento, grandes opções do plano e mapa do pessoal da CIMLT para dois mil e treze. -----

Junta de Freguesia de Raposa – Ofício a enviar cartão de Boas Festas. -----

Junta de Freguesia de Almeirim – Ofício a enviar cartão de Boas Festas. -----

Junta de Freguesia de Fazendas de Almeirim – Ofício a enviar cartão de Boas Festas. --

Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo – Ofício a enviar cartão de Boas Festas.-----

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DOS PROCEDIMENTOS DOS CONCURSOS PROMOVIDOS PELO MUNICÍPIO DE ALMEIRIM – Ofício a enviar informação relativa às actividades desenvolvidas até à presente data. -----

Justificação de Faltas à sessão extraordinária de 3 de Novembro: Ofício de Armindo Castelo Bento (MICA) a solicitar a justificação de falta para a sessão extraordinária de Outubro, Ofício de Fernando Manuel e Oliveira Botas Videira (MICA) a solicitar a justificação de falta à sessão de extraordinária de Novembro; Ofício de Duarte José Velhais da Mota Cerveira (MICA) a solicitar a justificação de Falta à sessão extraordinária de Novembro; Ofício de Susana Margarida Fernandes Mendes (MICA) a solicitar a justificação e falta para a sessão extraordinária de Novembro, ofício de Carlos Alberto Coelho Arraiolos (MICA) a solicitar a justificação de Falta à sessão de extraordinária de Novembro, ofício de Heloísa Alexandra Proa Domingos (MICA) a solicitar a justificação de Falta à sessão extraordinária de Novembro, ofício de Rui Alexandre Monteiro Valente (MICA) a solicitar a justificação de Falta à sessão extraordinária de Novembro, ofício de Ana Lúcia Mesquita Nunes Gomes Ribeiro (PS) a solicitar a justificação de Falta à sessão extraordinária de Novembro, ofício de Maria José Cardoso (CDU) a solicitar a justificação de Falta à sessão extraordinária de Novembro, ofício de José Rodrigues (CDU) a solicitar a justificação de Falta à sessão extraordinária de Novembro. -----

Justificação de Faltas à sessão extraordinária de vinte de Dezembro: ofício de Maria de Fátima Pina (Vereadora) a solicitar a justificação de Falta à sessão extraordinária de



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

Dezembro, ofício de Rui Manuel Oliveira Pires (PS) a solicitar a justificação de Falta à sessão extraordinária de Dezembro, ofício de Manuel Luís da Cruz Bárbara (PS) a solicitar a justificação de Falta à sessão extraordinária de Dezembro e ofício de Armindo Castelo Bento (MICA) a solicitar a justificação de Falta à sessão extraordinária de Dezembro. -----

José Rodrigues do Grupo da CDU – Ofício a solicitar a renúncia ao seu mandato, com efeitos a partir e vinte de Dezembro inclusive. -----

Justificação de Faltas à sessão ordinária de vinte e oito de Dezembro: ofício de Armindo Castelo Bento (MICA) a solicitar a justificação de Falta à sessão ordinária de Dezembro; ofício de Aquilino Manuel Pratas Fidalgo (MICA) a solicitar a justificação de Falta à sessão ordinária de Dezembro; ofício de Carlos Arraiolos (MICA) a solicitar a justificação de Falta à sessão ordinária de Dezembro e ofício de Maria José Duarte Seródio Dias (PS) a solicitar a justificação de Falta à sessão ordinária de Dezembro; ----

**JOÃO LOPES** (Grupo do PPD/PSD) »» Boa noite a todos os presentes. Queria informar o senhor Presidente da Assembleia que enviamos a este órgão um documento, no qual justificamos as razões pelas quais não participamos a Comissão de Concursos. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» No documento que foi enviado pela Comissão à Assembleia, e que fiz referencia na correspondência, aborda esse assunto. -----  
Porém, podia ter feito referência a esse envio. -----

Efectivamente o grupo do PPD/PSD enviou um documento no qual dava conta que não iria fazer parte da Comissão de Acompanhamento dos Concursos, que foi nomeada nesta assembleia. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Antes de entrar-mos propriamente no PAOD – Período Antes da Ordem do Dia, para começarmos pelos assuntos de interesse local e administração municipal, pelo que estão abertas as inscrições. -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) »» Muito boa noite a todos os presentes. -----  
Neste período é tradicional desejar votos de feliz ano, mas de há alguns anos a esta parte que esses votos estão ensombrados para todos os Portugueses e também para os municípios de Almeirim. Este ano há razões acrescidas, estamos a entrar num período de trevas e penumbra, assustador. Julgo que muitas das famílias do nosso Concelho não vão passar um ano muito feliz, por muito que o possamos desejar. Não vou tecer mais considerações, a opinião da CDU sobre a situação do País é conhecida, e o Concelho de Almeirim não é nenhum paraíso de felicidade, também aqui como no resto do País, a felicidade é um “capital” ameaçado que não goza de protecção especial. -----



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

Passo agora a assuntos que dizem respeito a esta Assembleia, deixando aqui a seguinte informação:-----

Como sabem fui eleita, com outros membros desta Assembleia para a CIMLT, não é que a Assembleia da CIMLT funcione às mil maravilhas, mas julgo que é importante trazer até aqui algumas informações sobre o que lá se passa. Nomeadamente, o facto do ROC no parecer que deu à prestação de contas da CIMLT, alertar, mais uma vez no seu relatório, para o perigo que paira sobre os Municípios da Comunidade caso venham a suportar os custos, que podem ser muito elevados, de um processo em Tribunal movido contra a CIMLT, por empresas privadas, na sequência da anulação do concurso que previa entrada de privados nas Águas do Ribatejo; -----

Por outro lado, também ficamos informados que havia Câmaras que tinham uma grande dívida à Comunidade respeitante às cotas. Quando eu perguntei quais as Câmaras, que deram me o exemplo de três, uma chapada em cada cor política, isto para partilhar o mal pelas aldeias, levou o PSD, uma chapada, a CDU uma chapada e o PS uma chapada. Tudo bem, mas há muitas outras Câmaras da Comunidade, e das restantes ficamos sem saber se haviam dívidas ou não. A Câmara de Almeirim não foi focada. Por isso deixo aqui uma pergunta que fica escrita na acta, por isso entendo a como uma pergunta escrita, se bem que formulada oralmente, para a qual espero obter uma resposta do Sr. Presidente da Câmara. A pergunta concreta é se a Câmara Municipal de Almeirim deve alguma coisa à CIMLT? Temos as cotas em dia, ou não? -----

A terceira informação que trago da Comunidade é uma pequena “fofoquice”. Ficam a saber que temos um Presidente de Câmara que é um homem sortudo, um homem privilegiado. Vejam lá que na Assembleia da Comunidade fomos informados pelo Presidente Sousa Gomes que algumas dessas Câmaras que não têm as cotas em dia, e que por proposta da CDU fizeram um plano de abatimento da dívida à Comunidade. Integraram essa dívida no Plano de Ajustamento Financeiro do PAEL a que concorreram. Isto quer dizer o quê? Que o Senhor Presidente da Câmara de Almeirim teve o privilegio de ter acesso ao Plano de Ajustamento Financeiro de outras autarquias deste Distrito, nomeadamente das Lezírias do Tejo, enquanto nós aqui, membros desta Assembleia Municipal de Almeirim, não tivemos o privilégio de ter acesso ao Plano de Ajustamento Financeiro do PAEL e que deve ter sido enviado juntamente com a nossa candidatura, porque era uma peça obrigatória e que tinha de passar obrigatoriamente pela aprovação desta Assembleia Municipal. Tal como se passou em todos os Municípios que se candidataram. Se quiserem, eu tenho aqui um comigo, de outro Município e poderei mostrar individualmente a quem quiser. Por isso, eu desconheço os





### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

compromisso do meu Município, naquilo que se propõem de fazer como “ajustamentos”, mais correcto dizer cortes na despesa e aumentos de preços, no quadro deste Plano, mas o Senhor Presidente da Câmara tem o privilégio de conhecer o das outras autarquias, ainda bem que há pessoas com sorte na vida. Uns têm informação a mais, outros têm informação a menos. Por isso, a CDU está descontente com esta situação, e considera que tudo tem um limite e a democracia não pode ser uma mera palavra que fica pelas páginas do dicionário, é para praticar. É por isso que enviámos hoje uma queixa à Inspeção Geral de Finanças, relativamente a esta situação, queixa que também refere a questão das actas da Câmara que nunca são aqui entregues. Foram informados, nós avisados, fomos tolerando, mas a tolerância também tem limites. ----- Outra questão que queria aqui colocar, é se está a decorrer alguma inspecção à Câmara Municipal de Almeirim? Segundo parece está! A CDU considera que esta Assembleia tem o direito de saber e caso confirmada, se é uma inspecção ordinária ou extraordinária? -----

Para findar, lembrem-se que no passado mês de Setembro, trouxe aqui algumas fotografias realizadas, no mês de Agosto, na Vala de Almeirim. As fotos mostravam a eutrofização da Vala e a degradação dos equipamentos de lazer. Nessa reunião o vereador Pedro Ribeiro, respondeu que tudo estava muito bem, que a ETAR funcionava às mil maravilhas, os açudes estavam perfeitos e enfim, até melhoravam a circulação das águas! Se aparecessem peixes mortos na Vala a culpa seria minha! No entanto, “OS VERDES” também fizeram a pergunta ao Ministério do Ambiente por via da Assembleia da República, aliás dissemo-lo logo aqui. Trago aqui uma parte da resposta, dada pelo Ministério do Ambiente ao PEV. Ficamos a saber que a empresa Águas do Ribatejo ainda não tinha, à data da resposta, Regulamento para a qualidade efluentes a integrar no sistema publico de saneamento! Posteriormente fui à página electrónica da empresa e não encontrei ainda nada. Isto quer dizer o quê? As entidades que gerem as estações de tratamento, e podem consultar o site de várias, podem ir à de Sintra, podem ir à de Almada, sejam elas serviços municipalizados ou empresas, são obrigadas a ter um regulamento que define, não só, a qualidade dos efluentes que vão rejeitar para o meio, que não podem ultrapassar certo tipo de parâmetros, como também, o grau de poluição dos efluentes que aceitam tratar. Porque há esgotos domésticos, e esses vão para o colector, mas podem existir outros esgotos que precisam de um tratamento prévio antes de entrar para o colector que serve a ETAR. Por exemplo, o caso tantas vezes denunciado pelo PEV e pela CDU o da vacaria de Almeirim. Conclusão, a empresa Águas do Ribatejo já está a trabalhar há algum tempo,



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

a ETAR já foi remodelada e entrou em funcionamento mas ainda continuam sem Regulamento. Sem este Regulamento ninguém pode, de maneira nenhuma garantir a pés junto, de que a qualidade dos efluentes não tem contribuído para a eutrofização da Vala.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Senhora deputada Manuela Cunha, Aguardo o seu espírito de síntese. -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) »» Quanto aos açudes, ficámos a saber que no as instalações são provisórias e experimentais, estando previsto que a solução definitiva deve possuir órgãos de manobra de saída de caudais de modo a possibilitar a gestão do escoamento da Vala e os níveis de água a montante. Isto quer dizer o quê? Isto é uma resposta delicada para dizer que “OS VERDES” têm razão e que de facto o sistema tem de mudar. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Não havendo mais inscrições para este ponto do período antes da ordem do dia, daria a possibilidade ao Senhor Presidente da Câmara, para se entender, prestar alguns esclarecimentos acerca de algumas questões aqui levantadas, que o pode fazer agora. -----

**PRESIDENTE DA CÂMARA** »» Muito obrigado Senhor Presidente da Assembleia. ----- Vou fazer brevíssimas referências a alguns assuntos que a Senhora Deputada referiu. -- A inspecção que está a decorrer, é uma inspecção ordinária. Sobre as questões que dizem respeito à Comunidade Urbana e Águas do Ribatejo, vou tomar a devida nota, depois da transcrição da acta, para a fazer chegar a estas duas entidades, para que respondam ao que foi dito aqui. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Passamos à alínea seguinte, no qual se inclui os únicos assuntos que foram entregues na mesa, ou seja; dois votos de pesar, um apresentado pelo Grupo do PPD/PSD, referente ao falecimento do Senhor Vítor Manuel Petulante Pedro, e outro apresentado pelo Grupo do PS, referente ao falecimento José Manuel Leonor Marques. -----

Vou dar a possibilidade a um membro da bancada de cada um destes Grupos para fazerem a apologia e apresentação como complemento ao voto de pesar que estamos a apreciar. Começo por dar a palavra ao deputado municipal João Lopes, e depois a quem o quiser fazer por parte do Grupo do PS. -----

-----Voto de Pesar-----

**JOÃO LOPES** (Grupo do PPD/PSD) »» Se me permite, para este voto de pesar em particular, pela segunda vez, depois de uma intervenção que fiz pelo 25 de Abril, gostava de utilizar o púlpito. -----





## Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Boa noite a todos os presentes. -----

Cabe-me enquanto membro da bancada do PPD/PSD apresentar este voto de pesar que farei de uma forma, não apenas lida, mas também um pouco descrevendo um pouco daquilo que eu acho que era a pessoa e o sentimento de quem mais conhecia o Senhor Vítor Manuel Petulante Pedro. -----

No passado dia vinte e seis de Outubro fomos surpreendidos pela notícia do falecimento de Vítor Manuel Petulante Pedro. -----

Apesar de não ser natural deste concelho, Vítor Pedro foi, sem qualquer margem para dúvidas, um Almeirinese “de alma e coração”. Aqui constituiu família, aqui residia, aqui trabalhou e, também aqui, exerceu a sua intervenção social e política. -----

Destacam-se as suas passagens pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Almeirim, onde foi eleito pela primeira vez em mil novecentos e oitenta e nove e onde exerceu, de forma ininterrupta, vários cargos nos diversos órgãos sociais, e pelo CRIAL – Centro de Recuperação Infantil de Almeirim onde era, à data do seu falecimento, Presidente da Direcção. Da sua intervenção política, de salientar, os dois mandatos como membro da Assembleia de Freguesia de Almeirim, eleito nas listas do Partido Social Democrata, nos mandatos mil novecentos e noventa e quatro a mil novecentos e noventa e sete e mil novecentos e noventa e oito a dois mil e um e, também, como vereador do PSD na Câmara Municipal de Almeirim no mandato dois mil e cinco a dois mil e nove. -----

Vítor Pedro foi, é e será um exemplo para aqueles que, como todos nós, desempenhamos cargos públicos, sejam eles de carácter político ou social. Pela sua postura conciliadora, pelo seu bom-senso e pela isenção e imparcialidade na tomada de decisões, ao longo de mais de vinte anos de vida pública. -----

Assim, a Assembleia de Municipal de Almeirim, reunida em sessão ordinária a vinte e oito de Dezembro de dois mil e doze aprova, por proposta do Grupo do Partido Social Democrata, o presente Voto de Pesar, concedendo um minuto de silêncio em homenagem à pessoa de Vítor Pedro e endereçando, à família enlutada, as suas condolências. -----

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE** o voto de Pesar pelo falecimento de Vítor Manuel Petulante Pedro. (Proposta apresentada pelo Grupo do PPD/PSD). -----

-----Voto de Pesar-----

**PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE BENFICA DO RIBATEJO** »» No passado dia vinte sete de Novembro fomos surpreendidos pela noticia do falecimento de José Manuel Leonor Marques, residente que foi em Benfica do Ribatejo. -----



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

Apesar de não ser natural deste Concelho, José Manuel Leonor Marques foi, sem qualquer margem de dúvida, um Almeirinese “de alma e coração”. -----

Aqui constituiu família em Benfica do Ribatejo, ali residiu e trabalhou exercendo a sua actividade na sede do Concelho de Almeirim. -----

Destacou-se pelas suas passagens pelo Desporto onde obteve variadíssimos títulos na modalidade que praticava e que lhe era querida: o Ciclismo. -----

Enquanto autarca, desempenho durante vários mandatos funções de deputado na Assembleia Municipal de Almeirim onde se fez ouvir utilizando a sua voz em defesa dos interesses das freguesias deste concelho, principalmente a freguesia que mais lhe era querida, a de Benfica do Ribatejo. -----

José Manuel Leonor Marques foi, é e será um exemplo para aqueles que, como todos nós, desempenhamos cargos públicos, sejam eles de carácter político ou social. -----

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE** o voto de Pesar pelo falecimento de José Manuel Leonor Marques. (Proposta apresentada pelo Grupo do PS). -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Solicitava aos senhores deputados e aos cidadãos presentes que observassem um minuto de silêncio pelos dois falecidos. -----

-----Minuto de Silêncio-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Antes de terminarmos o período antes da Ordem do Dia, temos agora uma Moção apresentada pelo Grupo do PS, para apreciar e votar. -

-----Moção-----

A assembleia Municipal de Almeirim reunida em sessão ordinária em vinte e oito de Dezembro de dois mil e doze e considerando que: -----

Um – Foi extinto o ACES da Lezíria com sede em Almeirim; -----

Dois – Existem apenas oito médicos pra vinte um mil habitantes em Almeirim – quatro em cada dez almeirinese não dispõem de médico de família. -----

Lamenta-se que da extinção do ACES da Lezíria não tenha sido oficiada esta autarquia.

Repudia-se que por razões seguramente não relacionadas com competência e desempenho não tenha sido nomeado o Dr. Carlos Ferreira para Director executivo do novo ACES da Lezíria. -----

Exorta-se a Senhora Directora nomeada a que rapidamente considere medidas que ajudem a ultrapassar a inaceitável falta de médicos no Concelho de Almeirim. -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) »» Necessitaria de algumas explicações. -----

O primeiro considerando afirma que foi extinto o ACES da Lezíria com sede em Almeirim. Foi extinto o ACES da Lezíria ou foi a sede do ACES em Almeirim? -----



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» O que a acontecia, é que nesta zona da Lezíria havia dois agrupamento de centros de saúde, o Agrupamento de Centros de Saúde da Lezíria com sede em Almeirim e o agrupamento de Centros de Saúde do Ribatejo com sede em Santarém. Este Governo e este Ministro achou por bem fundir, como aliás tem fundido muitas outras coisas, fundir o Agrupamento de Centros de Saúde da Lezíria com sede em Almeirim e o agrupamento de Centros de Saúde do Ribatejo, extinguindo o que se sediava em Almeirim, ficando o único que passou a existir, com sede em Santarém. -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) »» Vou dar a minha opinião pessoal e não em nome da bancada, dado que não discutimos este assunto entre nós. Não sei se desta fusão vem ou não, mal ao Mundo. Posso é dizer, isto em nome da bancada da CDU, que da localização da sede do ACES da Lezíria em Almeirim, não veio melhoria alguma para Almeirim. Este sim, é um balanço que já podemos fazer. Até pelo contrário, durante um período bastante prolongado, esta deslocação fez gastar dinheiro à Câmara Municipal de Almeirim que pagou o aluguer de um espaço previsto para o funcionamento do ACES de Almeirim. Ocuparam, também, o espaço do Centro de Saúde de Almeirim e as instalações ficaram superlotadas prejudicando o funcionamento interno dos serviços e piorando o serviço prestado aos utentes. O ACES veio ocupar, transitoriamente, parte das instalações do Centro de Saúde e “empurrou” o pessoal do Centro de Saúde para as salas de baixo, ocupando o primeiro andar. Uma ocupação que de provisória, virou quase definitiva, enquanto a Câmara pagava a renda de um edifício que ficou anos vazio. Por isso, não demos pelo facto da localização do ACES em Almeirim ter trazido melhorias para o Concelho. Não tivemos mais médicos de família por isso, os que existem são poucos, como a CDU tem denunciado, mas o facto não decorre de ter ou não ACES. Quanto ao futuro, é difícil dizer agora, se a fusão dos dois ACES vêm agravar ainda mais a saúde e o funcionamento dos serviços de saúde, ou se vai melhorar. Pessoalmente não tenho opinião, e não partilhei com os meus companheiros uma análise sobre a matéria, por isso deixamos em aberto.-----

Quanto à questão, abordada na Moção, relativa à nomeação do Drº Carlos Ferreira. O que a CDU tem para dizer, é que a questão é um bocado delicada. E que não temos informação suficiente para formar a nossa opinião. Obviamente, pensamos que se uma pessoa é preterida a outra, ou afastada de um posto na base de um delito de opinião ou pelas suas opiniões políticas e não por critérios de ordem profissional, ligados à formação e competência, é óbvio que é censurável. Se foi o que aconteceu é claro que é condenável. Mas como também não conhecemos, as competências de gestor e de



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

médico do Drº Carlos Ferreira, não temos opinião sobre este ponto. Se foi por razões políticas que o Drº Carlos Ferreira foi afastado, é mau sempre que acontece, mas infelizmente isso acontece muito com os partidos que tem tido a maioria, acontecia com o PS e acontece como o PSD e com o CDS obviamente. É difícil tomar uma posição, sobre este caso em concreto, por isso a CDU vai aqui definir o voto que vai tomar, mas não temos muito a certeza de votar favoravelmente esta Moção. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Vai-se pronunciar agora o Senhor Deputado João Lopes. -----

**JOÃO LOPES** (Grupo do PPD/PSD) »» Esta moção é um documento que versa várias coisas. É uma Moção que têm alguns pontos sobre os quais ninguém nesta Assembleia pode ser contra, mas têm aqui coisa muito questionáveis. Vejamos, o ACES da Lezíria foi extinto, como disse o Senhor Presidente e muito bem, por fusão do Agrupamento de Centros de Saúde da Lezíria com sede em Almeirim e o agrupamento de Centros de Saúde do Ribatejo. Diz aqui que existem apenas oito médicos para cerca de vinte e um mil habitantes e quatro em cada dez almeirinsenses não dispõem de médico de família. Pergunto, esta situação não apareceu pela fusão actual, talvez a responsável Luísa Portugal do anterior ACES, membro eleito do PS na bancada de Coruche na Assembleia Municipal, também tenha provado que não conseguiu fazer nada de melhor relativamente a esta situação. A bancada do PS lamenta, acho que todos nós lamentamos a existência de falta de médicos de família, mas quando o ACES era mais pequeno porque estava dividido em dois já existia este problema. Ou seja, este problema não tem nada a ver com a fusão. A Drª Luísa Portugal não resolveu este assunto. Agora, repudia-se por razões que não estão relacionada com competência e desempenho, que não tenha sido nomeado o Drº Carlos Ferreira. Realmente aqui é que a coisa se torna complicada, porque tanto quanto é a informação que a bancada do PPD/PSD dispõe neste momento, este senhor é psicólogo e na avaliação curricular que é feita na CRESAP para as nomeações foi simplesmente afastado porque havia outros currículos melhores do que o do Drº Carlos Ferreira. Portanto, se aquilo que a bancada do PS quer dizer aqui é que a avaliação não é competente ou que querem meter uma pessoa menos competente que os outros três, realmente estranhamos e não podemos concordar com o PS de Almeirim neste assunto. -----

Depois, termina esta mesma Moção com aquilo que obviamente todos nós concordamos “Exorta-se a Senhora Directora nomeada a que rapidamente considere medidas que ajudem a ultrapassar a inaceitável falta de médicos no Concelho de



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

Almeirim”. Esta Moção tem dois assuntos completamente contraditórios, e portanto nós não podemos votar a favor. -----

**PRESIDENTE DA CÂMARA** »» A este respeito apetece-me apresentar aqui um voto de protesto, pela maneira como a câmara Municipal de Almeirim foi tratada neste assunto. Quando o ACES se instalou em Almeirim, a Câmara disponibilizou-se a custear parte do arrendamento das instalações, tendo em vista a proximidade com o ACES pudesse trazer alguma vantagem ao nosso Concelho. Tinha isso em vista, mas infelizmente não aconteceu. Para além da comparticipação, devo dizer o seguinte, para além da comparticipação que a Câmara de Almeirim sempre deu para o arrendamento das instalações, se o ACES acabou, estou a sabe-lo agora nesta Assembleia. Não houve consideração de nos fazer um telefonema uma carta, num qualquer papel. -----

O que é certo é que não merecemos a consideração do mais pequeno contacto a anunciar as razões da saída de Almeirim. -----

Acho de todo reprovável esta atitude, que procurarei fazer sentir no Ministério da Saúde, como não podia deixar de ser. -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) »» Vou ser breve. Não é muita vez que estou de acordo com o Senhor Presidente da Câmara de Almeirim. Mas desta vez devo dizer que estou totalmente de acordo. Acho que a Câmara de Almeirim devia ter sido oficialmente informado deste encerramento, é uma questão institucional. Compreendo que quem “não se sente não é filho de boa gente”. Imagine o Sr. Presidente, como nós nos sentimos por não ter tido acesso ao Plano do PAEL? Que também não nos chegou, em qualquer papel. -----

A CDU quando o ACES veio para Almeirim avisou. Que isto não era nenhuma empresa lucrativa que vinha para Almeirim criar postos de trabalho, veio foi criar mau estar e desconforto, criando más condições de trabalho e de atendimento para os utentes, nas instalações que tínhamos. Mas como estávamos em campanha eleitoral e era preciso fazer algum “blá blá político”. Por todo isto a CDU vai-se abster nesta votação, apesar de concordarmos com alguns considerandos da Moção. -----

**DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA** a Moção relativa à extinção do ACES da Lezíria com sede em Almeirim, com dezasseis votos a favor do Grupo do PS. Nove abstenções, quatro do Grupo do MICA, três do Grupo da CDU e duas do Grupo do PPD/PSD. (Proposta apresentada pelo Grupo do PS). -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» De seguida vamos passar ao Período da Ordem do Dia, informando, tal com fiz na Comissão de Representantes, que dois pontos desta



## Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Ordem de Trabalhos foram retirados. Aproveito para informar que os restantes pontos são para apreciar e votar por minuta. -----

### -----ORDEM DO DIA-----

----- (alínea E do número um do artigo quarto do Regimento) -----

**PONTO UM** – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DO EXECUTIVO MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM, DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO, DA LEI NÚMERO CENTO E SESENTA E NOVE, BARRA, NOVENTA E NOVE, DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI NÚMERO CINCO, TRAÇO A BARRA, DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO, CONJUGADO COM O ESTIPULADO NA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM, COM A PREVISÃO DO NÚMERO NOVE DO ARTIGO QUARTO NOS TERMOS DO ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO DO REGIMENTO DESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) »» Acho que no mínimo nós merecíamos uma explicação sobre a razão que o levou a retirar estes pontos. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» A legislação não determina que os pontos tenham de ser apreciados pela Assembleia Municipal. -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) »» É a justificação que lhe foi dada para a retirada destes dois pontos? -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Sim. -----

Aproveito para pedir ao Senhor Presidente da Câmara que faça a apresentação do Ponto. -----

**PRESIDENTE DA CÂMARA** »» Não vou fazer nenhuma apresentação específica em relação ao documento, vou é pedir desculpa por faltar um elemento importante e dizer ao Senhor Presidente que imediatamente a seguir a este período de férias será entregue no secretariado da Assembleia Municipal. Estou-me a referir à situação financeira da Câmara, que vem anexa à informação escrita e que por razões que muito francamente eu não sei justificar, os serviços não juntaram aqui. Portanto, tal como disse, farei chegar ao secretariado esta informação. -----

Usei da palavra para protestar e parece que sou o único aqui na sala que não recebi essa informação. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» O que aconteceu, é que desta vez a documentação foi distribuída por diversas vezes, e poderá ter gerado alguma confusão.





### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

**PEDRO RAMOS** (Grupo da CDU) »» Gostaria de tecer alguns comentários sobre a informação escrita. Começa pelo número três, onde diz que foi adjudicado e consignado o arranjo paisagístico atrás do edifício Alfa. Em tempo útil a CDU trouxe aqui a esta Assembleia a informação do estado em que se encontrava aquele espaço e a preocupação que nos oferecia sobre a situação. Registamos com algum agrado que efectivamente não tenha sido esquecido e até já tenha sido adjudicado e consignado este arranjo, mas precisávamos e saber ou queríamos saber se este arranjo paisagístico inclui a reposição da segurança para as crianças. Ou seja, se está consignado neste arranjo a reposição da segurança das crianças. Pois o que lá está é realmente muito perigoso. -----

Também gostaríamos de falar dos trabalhos e do arranjo paisagístico dos arruamentos de Paço dos Negros. Também aqui sabemos que efectivamente os passeios já estão a ser feitos. O que pretendemos saber é se efectivamente está consignado ou se está em estudo os locais para o estacionamento? O que se encontra executado são passeios, porém, como há comércio e outras actividades, gostaríamos de saber se está ou não previsto a execução de estacionamentos? -----

Depois, outra situação que diz o seguinte; “conclui-se a execução do estudo do parque de estacionamento da Rua Bernardo Gonçalves“. Gostaria de perguntar que estudo foi este? Efectivamente o parque já existe! Gostava-mos de saber que estudo foi efectuado. Há uma outra situação que já é velha na informação escrita, ou falta de informação, será sobre os processos judiciais. Mas, há aqui uma situação que a nós nos preocupa, e essa têm a ver com a discriminação que se faz aqui na Informação Escrita de a Câmara ou o Presidente, pertencer à RESIURB, ECOLEZIRIA, TAGUS GÁS...mas, o grande problema é a falta de informação sobre estes organismos, essa informação é que não nos chega. Se nós formos ler o que está na Lei, no artigo quarto, verifica-se que é obrigação da Câmara informar a Assembleia sobre estes assuntos, e até hoje isso não se tem verificado. -----

Quanto às dívidas a fornecedores, creio que elas aumentaram, não tenho presente o último número, mas tenho ideia que elas aumentaram. Registamos esse facto com algum desagrado até porque depois de se ter feito e resolvido a candidatura ao PAEL, ora se ela aumenta, qualquer dia nem essa verba chega. -----

**JOÃO LOPES** (Grupo do PPD/PSD) »» Relativamente à informação escrita que nos é prestada pelo Executivo, temos de começar por referir algo que nós já referimos antes, e que infelizmente não vimos qualquer tipo de sentido. Continua a vir na informação escrita indicação que se levaram a efeitos actos culturais na biblioteca, cine-teatro e



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

salão nobre. Muito honestamente esta informação não nos diz nada. A única coisa que nos diz é que foram realizados actos culturais. Pelo menos ficamos a saber que se fizeram actos culturais, e que não houve venda de melão, brinquedos...mas não nos diz mais do que isto. Nós já dissemos mais que uma vez que não faz sentido vir uma coisa deste género aqui escrita para nós apreciarmos. Iguamente se aplica ao comentário, quando diz que se fizeram exposições na Galeria Municipal e na Biblioteca. Pelo menos nos digam que tipo de exposições, que quantidade, a afluência de público...a mesma coisa que já elogiamos antes, pois é o tipo de informação que achamos que deve vir, que foi feito relativamente à área de saúde educação e acção social, assinado pela Vereadora Maria Emília Moreira, que nos permite ter alguma dimensão da actividade que o executivo vai realizando. -----

-----  
Presumimos que sobre a conclusão do estudo do parque de estacionamento da Rua Bernardo Gonçalves tenha a ver com o SILOAUTO que segundo um jornal teria terminado mas que no plano plurianual de investimentos para dois mil e treze continua a ter uma verba. Gostávamos de saber mais sobre este assunto. -----

Continuamos também sem ter acesso às contas das associadas, algo obrigatório, segundo o artigo cinquenta e três, número um alínea c) e d) da Lei das autarquias locais, algo que também é frequente. Mas, relativamente a este ponto a Bancada do PPD/PSD quer informar que apesar de não nos darem as contas, há pelo menos algumas coisa que nós conseguimos extrair e passamos a informar esta Assembleia. A LT Sociedade de Reabilitação Urbana Em fez a sua prestação de contas individual relativamente ao exercício de dois mil e onze no dia vinte e três de Julho de dois mil e doze e que foi emitida uma certificação legal de contas e o parecer da revisão foi com reservas. Significa isto que as contas da SRU têm erros muito graves contidos nas mesmas. No entanto, não nos é dado a conhecer quais são os erros. -----

De igual forma, as contas da ECOLEZIRIA cuja prestação de contas individual foi feita em dezassete de Julho de dois mil e doze, também tem um relatório do revisor oficial de contas com parecer de revisão com ênfases, o que significa que também tem erros bastante significativos mas menos graves que a anterior e que desvirtuam a leitura das contas. Quais são esses erros? Não sabemos! -----

Continuamos sem compreender, apesar de já o termos dito, como é que a empresa ALDESC em liquidação, continua à data de vinte e seis de Dezembro de dois mil e doze supostamente em liquidação e ainda sem que a mesma tenha sido feita. -----



### Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Gostávamos de ver algo na informação escrita relativamente às Moções que são aqui aprovadas e que vão no sentido construtivo para o Executivo. Nesse sentido gostava de saber se algo foi feito relativamente a Moções aqui apresentadas, por exemplo para o regulamento de atribuição de subsídios? -----

O mesmo se aplica relativamente ao Conselho Municipal de Juventude em que também nada é referido.-----

Também a Lei não é cumprida no que diz respeito ao artigo sessenta e quatro, porque a mesma Lei diz que deviam vir a esta Assembleia todos os processos judiciais, ora eles não estão nesta informação escrita, vem uma pequena nota que veio numa sessão anterior, que diz; “corre termos em tribunal o processo entreposto por alguns trabalhadores das piscinas contra a Câmara”. Realmente é curiosa como foi escrita esta nota , porque não são alguns trabalhadores da Ex-ALDESC, são trabalhadores das piscinas. -----

Relativamente às contas e para terminar, também continua a ser interessante que as dívidas a fornecedores, havendo dinheiro para tal, não seja pagas na íntegra, prescindindo a Câmara até de algum prazo de pagamento para que as empresas que têm alguma dificuldade financeira nesta altura pudessem ter dinheiro disponível em tesouraria. -----

Relativamente à execução orçamental, as receitas correntes e as despesas correntes estão aparentemente equilibradas à data de catorze de Dezembro de dois mil e doze, e dizemos aparentemente porque ainda faltam as despesas com remunerações para o Mês de Dezembro e como tal o que esperamos é que haja um ligeiro desequilíbrio orçamental corrente, no entanto significativamente menor que nos últimos anos. Sobre as despesas de capital, ou seja, dos investimentos que o Município devia fazer, também não temos nenhuma novidade, a execução neste momento é baixa, o que significa que o município não consegue fazer muito mais do que cerca de metade do que se propõe a fazer, mas isso infelizmente também já é um hábito que existe em Almeirim. -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) »» Gostaria de completar, diremos incluir uma palavra na intervenção do meu companheiro de Bancada que se esqueceu de uma palavra importante na sua intervenção, que são as garagens do prédio Alfa. Pois quando ele se referia ao arranjo paisagístico da zona urbanística atrás do Alfa, visava chamar à atenção para a resolução aprovada por esta Assembleia que dizia que as garagens constituíam um perigo que tinha de ser eliminado. -----



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

Quero louvar a Vereadora Maria Emília, dado que dá uma informação um pouco mais completa e até mais interessante sobre a sua actividade, e julgo que isto seja importante. -----

Sobre o SILOAUTO, gostaria de chamar à atenção para uma questão. A CDU já se pronunciou, por diversas vezes, neste espaço sobre a matéria e têm sido uma das razões do nosso chumbo ao PPI. Não se admite que num período de crise, como o actual, se pense em construir um mamarracho naquele lugar. O parque, actual, raramente está cheio, não precisão de visitar o parque ao Domingo, vão lá, qualquer dia da semana e apontem na vossa agenda os dias que aquele parque está completo. Nunca acontece. -----

Se o parque nunca enche, querem investir num SILOAUTO? Já para não falar do “mamarracho” que o edifício representa no local, vamos, no actual momento, gastar dinheiro público em cimento? Poupem os munícipes e os dinheiros públicos. -----

Outra questão, relativa ao Jardim da República. Quero desde já deixar aqui um alerta. Aquele jardim foi um bocadinho massacrado, há alguns anos atrás, já tivemos muitas oportunidades de nos pronunciar sobre isso. Os idosos desta terra e até à minha geração, temos um certo apressamento muito especial por aquele jardim, isto não quer dizer que ele seja intocável, e que não se possa alterar, mas ao menos caso haja um projecto de reabilitação para aquele espaço, coloquem-no à consulta pública, ouçam a opinião dos cidadãos, ouçam a opinião daqueles que vivem o jardim. Sim, porque aos senhores, nunca vos vejo por lá! Mas eu que ando por lá e os idosos e pessoas que vivem na zona, sabemos o apressamento que temos pelo lugar, por aquilo que é um património nosso. -----

Para acabar gostaria de fazer uma pergunta, diz aqui que está em fase de conclusão o concurso de pessoal para a área do desporto. Já não me vou pronunciar aqui até porque já o fizemos e o público tem-se expressado sobre a matéria e a CDU também. Mas, queria saber uma coisa. Se é da competência desta Assembleia aprovar o lançamento de um concurso, não é sua competência pronunciar-se quando da cessação do mesmo? Foi-me respondido que tinha sido retirado da ordem do dia porque não era da competência da Assembleia tal decisão? Cada vez compreendo menos as competências deste Órgão. Para umas coisas temos competência para outras não. Não me pronuncio mais sobre o assunto, porque gosto muito de estudar a Lei antes de o fazer, mas confesso que acho esta lógica um bocadinho esquisita. -----

A última pergunta que gostaria de fazer é a seguinte, com que dinheiro e onde é que ficou cabimentada a verba com a qual estão a pagar os trabalhadores que estão a



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

exercer actualmente funções na Piscina, no lugar dos ex-trabalhadores? Quem é que autorizou essas despesas? Fica aqui a pergunta, espero ter resposta por escrito. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Chegou a vez de dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para responder no que achar conveniente e tomar apontamentos para responder por certo mais tarde. -----

**PRESIDENTE DA CÂMARA** »» Vou fazer algumas referencias ao que foi aqui dito, e começo por dizer que o projecto do arranjo paisagista atrás do Alfa, teve a preocupação com todas as questões de segurança da zona da zona a intervencionar sobre o ponto de vista paisagístico. Sobre paço dos Negros, os espaços de estacionamento também foi preocupação deste executivo para que aja possibilidade de estacionar, sobretudo nos pontos onde são mais procurados pelos automobilistas. Gostaria ainda de dizer, até porque foi referido que o saldo de fornecedores, que ele é inferior relativamente às informações que tem vindo à Assembleia Municipal, embora não tenha entrado ainda em vigor as verbas disponibilizadas pelo PAEL. Está a decorrer todo o processo burocrático que conduz à disponibilização dessas verbas, mas a câmara ainda não tem à sua disposição para poder cumprir com o pagamento a fornecedores como foi candidatado. Queria dizer também que durante a sessão recebi a informação que para todos os actos realizados pela Câmara são enviados convites a todos os elementos da Assembleia Municipal que estão na nossa Base de Dados. -----

Sobre o regulamento para atribuição de subsídios, devo dizer que é uma preocupação que passa pelo o executivo, não tem sido fácil concretizar, na medida em que há uma grande diversidade de opiniões e necessidade de atribuir às colectividades culturais e desportivas que não nos têm permitido fazer um regulamento coerente e que satisfaça todas as solicitações que os clubes e colectividades nos solicitam ao longo dos tempos.

A referência à execução com atrasos, normalmente a execução de fundos comunitários e obras comparticipadas por estes fundos. É evidente que nós cumprimos com todos os prazos que a obrigatoriedade dos fundos comunitários nos impõe, porque de outra maneira não seríamos contemplados com outras obras e candidaturas. O que acontece é que apesar de se estar a verificar uma melhoria devo reconhecê-lo. Com este Governo e com esta CCR Alentejo eu não escondo quando tenho de reconhecer virtudes, tem-se verificado uma melhoria nos prazos de pagamento de obras comparticipadas pelos fundos, o que é facto e apesar de tudo, ainda há atrasos e isso influencia o coeficiente de realização que apresentamos nas nossas contas. -----



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

Sobre o projecto do Jardim da República, neste momento não existe, quando houver um estudo, será com muito prazer que o damos a conhecer à Assembleia e colheremos as opiniões dos senhores deputados municipais. -----

Em relação ao pagamento aos trabalhadores das piscinas ou de outro qualquer sector da Câmara são pagos pela contabilidade, segundo indicações da nossa secção de pessoal e é regra geral com todas as despesas com pessoal. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Senhora deputada Manuela Cunha, faça chegar por escrito ao secretariado as questões que pretende, que eu farei chegar ao Executivo. Passamos ao ponto três da Ordem de trabalhos, uma vez que o ponto número dois foi retirado. -----

Este ponto será votado por minuta. -----

**PONTO TRÊS - APRECIACÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E ORÇAMENTO PARA O ANO DE DOIS MIL E TREZE (INCLUINDO O QUADRO E MOVIMENTO DE PESSOAL), NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO NÚMERO DOIS DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI NÚMERO CINCO – A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO.** -----

**JOÃO LOPES** (Grupo do PPD/PSD) »» Antes de se começar a discussão, gostava de entregar na mesa um protesto escrito relativamente ao direito de consulta prévia, dado que no estatuto de direito de oposição, diz que “Os partidos políticos representados nos órgãos deliberativos das autarquias locais e que não façam parte dos correspondentes órgãos executivos, ou que neles não assumam pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade directa e imediata pelo exercício de funções executivas, têm o direito de ser ouvidos sobre as propostas dos respectivos orçamentos e planos de actividade”. -----

Por entendermos que desta forma não se presta, nem um bom serviço à Democracia, nem ao Concelho de Almeirim, nem aos seus cidadãos, decidiu o Grupo Municipal do PPD/PSD apresentar este Protesto no sentido de se evitarem situações idênticas no futuro. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Dou agora a palavra ao Senhor Presidente do Executivo para fazer a introdução deste ponto da Ordem de Trabalhos. -----

**PRESIDENTE DA CÂMARA** »» Neste ponto da Ordem de Trabalhos gostava de pedir à Assembleia que fizesse chegar ao Executivo os contributos que entender fazer introduzir neste documento, porque confesso que cada vez é mais difícil às Câmaras





### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

municipais fazerem um documento destes. Os meios que temos ao nosso alcance são cada vez menos, as dificuldades são cada vez mais. Portanto, todos os contributos que melhorem este documento serão bem vindos e serão aceites pelo executivo municipal. No entanto não deixo de dizer, que apesar de todas as dificuldades que enfrentamos ao fazer este documento, não deixamos de referir que temos um valor de receitas e despesas previstas de cerca de quinze milhões de euros, o que prevê o próximo Executivo ao nível dos anteriores, e portanto com alguma capacidade de execução e realização do que propomos no Plano. Temos também, e gostava de salientar um conjunto de obras que ultrapassa os dois milhões de euros. Isto é a garantia que o próximo ano vai ser ainda de desenvolvimento e progresso para o nosso Concelho. ----- Como referi, esperamos receber dentro de pouco tempo, aquilo que nos foi concedido através do programa do PAEL, cerca de setecentos mil euros, o que vai permitir também fazer face à situação que neste momento de dívida a fornecedores e empreiteiros, logo melhorar a situação financeira da Câmara. ----- Desta forma espero que seja concedida a autorização prévia genérica para a assunção de compromissos plurianuais nos actos previsionais que estão a ser agora em aprovação. ----- Aguardo todos os contributos que possam melhorar estes documentos, pois como referi, foi muito difícil levar a cabo a proposta que neste momento apresentamos à Assembleia. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Estão abertas as inscrições para este ponto. -----

Tem a palavra o senhor Deputado João Lopes. -----

**JOÃO LOPES** (Grupo do PPD/PSD) »» Boa noite a todos. -----

Relativamente ao orçamento e plano para dois mil e treze, abancada do PPD/PSD fez uma análise relativamente a estes documentos e como já vai sendo habito ultimamente também uma apresentação em powerpoint para que todos a vejam com mais facilidade relativamente utilizando os meios audiovisuais disponíveis. -----

Em primeiro lugar queremos realçar uma coisa: pela primeira vez em muitos anos este orçamento não apresenta todos os investimentos possíveis e imagináveis e que não sejam realizáveis, porque o total das receitas que está aqui espelhado pela primeira vez em pelo menos sete anos que eu estou nesta bancada não tem orçamentos irrealistas de vinte milhões de euros de total que depois são completamente impossíveis de cumprir. Um pouco na óptica de que promete-se tudo e depois, logo se vê aquilo que se faz, consoante o que apetecer. -----

Ainda bem que pela primeira vez isto acontece. -----



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

O que nós temos aqui espelhado relativamente a este orçamento de dois mil e treze é uma diminuição muito significativa na receita e essa diminuição de cerca de dois vírgula seis milhões de euros é por cauda da diminuição das contribuições comunitárias em projectos co-financiados. Havendo menos projectos, obviamente haverá menos participações comunitárias, até porque aparentemente existe agora um critério de maior realismo na escolha do projectos aos quais o município tentará candidatar-se. O município teve um aumento do seu endividamento muito significativo nos últimos anos, e o que está previsto recorrer a novos créditos é de duzentos e oito mil euros. A folga disponível também é menor do que a que existia -----

Quando analisamos os números, concluímos que a diminuição relativamente ao orçamento de dois mil e doze faz-se, na parte da receita, essencialmente, à custa das transferências de capital da Participação comunitária em projectos co-financiados em sessenta e cinco por cento ou seja, cerca de dois milhões e seiscentos mil euros mil euros. Atendendo ao aumento do endividamento do Município nos últimos anos este não irá recorrer a mais de duzentos e oito mil euros de novos créditos. -----

A dívida actualmente existente acarreta aos cofres dos Municípes cerca de novecentos e sessenta e nove mil euros anuais de responsabilidade a pagar em dois mil e treze e muita vai durar durante vinte anos, sendo a média dez anos. Tal significa que o Município paga um valor que daria para fazer uma Casa da Cultura todos os anos ou refazer todo o troço existente da Circular Urbana de Almeirim. -----

Como se justifica um aumento das receitas Venda de bens e serviços correntes - Rendas (receitas provenientes do arrendamento de casas ou outros edifícios para fins habitacionais ou outros) em cerca de vinte por cento? -----

Relativamente à componente da despesa, verificamos uma significativa diminuição nas Despesas com Pessoal de dezanove por cento, relativamente ao orçamento de dois mil e doze de quinze por cento relativamente às contas de dois mil e onze. -----

A formação continua a ser ignorada pelo executivo que consagra uma verba de apenas dois mil euros para quase trezentos funcionários! É de referir que em dois mil e onze a despesa foi de zero euros! -----

Então como se justifica que uma Câmara com quase trezentos funcionários contrate duzentos e sessenta e nove mil euros de Estudos, pareceres, projectos e consultadoria (rubrica 02.02.14) e cento e setenta e três mil euros de Outros trabalhos especializados (rubrica 02.02.20)? Acreditamos que o investimento na formação e melhor organização interna reduziria substancialmente estas verbas. -----

Estranhamos que os Estudos, pareceres, projectos e consultadoria aumentem em cento



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

e sessenta e três mil euros, ou seja, cento e cinquenta e dois por cento relativamente às contas de dois mil e onze! -----

Não se pode aceitar uma rubrica supostamente residual como Outros serviços (rubrica 02.02.25) tenha um saldo de seiscentos e cinquenta mil euros, quatro vírgula três por cento do total das despesas do orçamento? Trata-se da mais pura e simples manobra de esconder a natureza das despesas. Que despesas serão estas de valor tão alto que não interessa mostrar em detalhe? -----

A atribuição de subsídios às Instituições Sem Fins Lucrativos, no montante de quinhentos e sessenta e oito mil euros, três vírgula sete por cento do orçamento, continua a ser feita de forma indiscriminada. É nesta rubrica que se incluem os apoios para instituições sociais, desportivas e recreativas. Que critérios são utilizados? Será que o Executivo da Câmara Municipal de Almeirim sabe que a que instituições vão ser atribuídos? Quem nos garante que as instituições abrangidas são as que mais necessitam e as que mais merecem? O PSD continua a defender a existência de um regulamento para a atribuição de subsídios. Se este já existisse, as verbas seriam distribuídas de uma forma equitativa e justa. -----

No que concerne às muito importantes despesas de investimento, aquelas que trazem aumento do nível de vida para as populações e equipamentos sociais necessários, se compararmos com o orçamento de dois mil e doze vimos uma diminuição de quatro vírgula cinco milhões de euros. -----

As transferências para apoio ao investimento às freguesias do Concelho diminuiu cinco mil euros, isto são; menos sete por cento. -----

As transferências de capital mais significativas prendem-se com a “Construção da Casa de Apoio à Juventude de Fazendas de Almeirim” que irá receber cento e oitenta mil euros. -----

Relativamente aos Investimentos o Município teve que restringir fortemente os investimentos previstos agora que o endividamento atingiu um nível significativo. Assim a maioria dos investimentos previstos em dois mil e treze são pagamentos de obras concluídas como “Requalificação da Praça Lourenço de Carvalho”, o “Novo Troço da Circular Urbana de Almeirim” ou a “Construção do Centro Escolar de Fazendas”. -----

As obras novas de dois mil e treze são a “Requalificação do Espaço Envolvente ao Pavilhão Desportivo de Benfica do Ribatejo”, a “Requalificação da Envolvente do Jardim de Infância nº 3” e a “Casa Mortuária de Benfica do Ribatejo”. -----

Relativamente aqueles que este executivo elegeu como prioritários não podemos deixar de tecer alguns comentários. -----



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

A verba definida para a construção da Casa da Cultura em Fazendas de Almeirim é, na nossa perspectiva, insuficiente para se construir um equipamento numa perspectiva de futuro. A Freguesia de Fazendas de Almeirim tem necessidade de ter um equipamento à imagem e semelhança da Biblioteca Municipal de Almeirim, com livros técnicos e de ficção para públicos de todas as idades, com publicações periódicas, acesso wireless à internet, salas para estudo, salas de leitura e um anfiteatro multiusos. Tudo com um espaço lúdico de lazer envolvente. Mais este equipamento deveria ser localizado junto às escolas; -----

O investimento previsto para a requalificação das escolas é irrisório, face às necessidades. É para nós a maior prioridade a nível de investimento a requalificação das escolas mais antigas. -----

Nada existe quanto à tão necessária escola profissional. Este é um investimento estruturante para o Concelho e pode vir a ser marcante para toda a região. -----

O PSD já antes defendeu a aquisição do espaço adjacente ao Parque Desportivo Municipal, vulgarmente denominado por “celeiros”, para estacionamento e construção de novas estruturas desportivas. -----

Também defendemos que no local onde estava previsto construir o Centro Social sejam feitos equipamentos desportivos. Tal permitiria dotar a zona sul da cidade infra-estruturas adequadas às necessidades do aglomerado habitacional que lá existe e de complemento à Escola dos Charcos. -----

Não vemos neste orçamento as respostas que o Concelho de Almeirim necessita! -----

Por conseguinte e tendo em consideração os superiores interesses de Almeirim e das suas gentes, o Grupo do PPD/PSD considera que a aposta de investimento devia ser priorizada, dado que a dívida actualmente existente acarreta aos cofres dos Municípios cerca de novecentos e sessenta e nove mil euros anuais de responsabilidade a pagar em dois mil e treze e muita vai durar durante vinte anos, sendo a média dez anos. Tal significa que o Município paga um valor que daria para fazer uma Casa da Cultura todos os anos ou refazer todo o troço existente da Circular Urbana de Almeirim. -----

Muito obrigado. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Dou a agora a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

**JORGE VEIGA DIAS** (Grupo do PS) »» Como é do conhecimento geral, a actividade dos municípios portugueses e em particular o município de Almeirim é condicionada pela atribuição de fundos comunitários que conjuntamente com os fracos fundos próprios puderam permitir a realização de diversas obras. São esses fundos que



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

punderam permitir a conclusão de diversas obras que se encontram já a decorrer, a construção da Casa mortuária de Benfica do Ribatejo, a construção do parque de estacionamento em frente ao posto médico de Benfica, a elaboração do projecto para o parque de merendas da Raposa, a recuperação de pavimentos da Raposa, a continuação do arranjo paisagístico e passeios das ruas de Paço dos Negros, a construção da Casa da Juventude em Fazendas de Almeirim, a recuperação e arranjo da envolvente ao largo junto ao Jardim de Infância do Centro Paroquial de Almeirim, elaboração do projecto de recuperação do Convento da Ordem III em Almeirim e recuperação dos bares da Zona Norte e Piscinas. Para além destes, que serão exclusivamente da responsabilidade do orçamento municipal, estão previstas outras obras a construir com recurso a fundos comunitários, ainda em vigor, o parque urbano atrás do edifício Alfa em Almeirim, a Casa da Cultura em Fazendas de Almeirim, o parque urbano como componente desportiva no Alqueve em Benfica do Ribatejo e a conclusão da Casa da Cultura em fazendas de Almeirim. Haverá também certamente por parte deste executivo durante o ano de dois mil e treze a manutenção do apoio social quer a particulares, quer a instituições, que neste momento de particular dificuldade se regista. Ao nível dos serviços do município, a componente administrativa regista o reforço na aposta nos meios tecnológico de foram a agilizar procedimentos, obtendo melhor produtividade, o mesmo se verificando na secção de taxas e licenças. Ao nível da gestão de pessoal, realça-se a continuada aposta nas acções de formação dos quadros de pessoal, muitas vezes com despesas para o próprio município. Na educação, realça-se que no ano de dois mil e treze por força do Decreto-Lei cento e setenta e seis de dois mil e doze, estabeleceu-se a fixação da idade mínima de dezoito anos de escolaridade obrigatória. Torna-se assim necessário dotar toda a rede escolar com condições que permita aos alunos que frequentam as escolas do Concelho de condições para poderem frequentar o ensino obrigatório. Este é o papel que este executivo tem procurado criar, dotar estabelecimentos de ensino que criem as condições necessárias à boa frequência dos estabelecimentos de ensino. A criação de refeitórios e espaços para serem servidas refeições, o ensino da informática, as línguas portuguesa e inglesa , a música a pratica desportiva, são motivos mais que suficientes para que no próximo ano este Executivo continue a postar e a dotar e a reabilitar os espaços escolares. Na saúde, e como se sabe o Centro de saúde de Almeirim são cada vez menores os recursos humanos ao dispor da população, cremos que no próximo ano este executivo tudo fará para que o nosso Centro de Saúde seja dotado de clínicos que assegurem uma boa qualidade na prestação de cuidados de saúde aos utentes que ali



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

acorum. Quanto à acção social, importa realçar que sendo as autarquias o poder mais próximo das populações, estas deverão ter um papel de relevo na resolução dos problemas concretos dos cidadãos, nomeadamente no que diz respeito às questões de cariz social. Querendo-se uma intervenção rigorosa, baseada na intervenção e assente numa lógica social, com a mobilização de diferentes parceiros para a maximização dos custos, dando continuidade na implementação de medidas de apoio social promotoras da integração e coesão social no Concelho. -----

A este nível levar também à implementação das medidas disponíveis no chamado mercado social de arrendamento, que sendo de iniciativa do Governo, surge através de um protocolo celebrado com instituições públicas e privadas ao qual se associam parceiros locais, nomeadamente os municípios. Neste âmbito para o ano de dois mil e treze importa realçar que a divulgação em termos locais a articulação com a entidade gestora no sentido de operacionalizar localmente o programa e dar continuidade às acções que visam o arrendamento de novos imóveis. Quanto ao GIP – Gabinete de Integração Profissional, o GIP foi criado em dois mil e nove e têm como objectivo a prestação de apoios à população no sentido de ajudar a resolver problemas de inserção profissional e escolar, em colaboração com o Instituto de Emprego e Formação Profissional. Em dois mil e treze o GIP continuará certamente a servir os cidadãos e realça-se que entre outras actividades aquelas que já foram elencadas no próprio plano de actividade. Ao nível da protecção do meio-ambiente e conservação da natureza, temos vários planos de pormenor elaborados por parte da autarquia e da responsabilidade de particulares que tenha interesse em investir no nosso Concelho. A saber; de alguns que serão da responsabilidade da Câmara, a ampliação da Zona das Actividades Económicas, logo definido pelo IC3, o plano de urbanização da parcela de terreno em Marianos, o plano da Zona de Actividades Diversificadas particular, O plano de localização de Benfica do Ribatejo e Cortiçóis já em fase adiantada. -----

Em resumo, no que diz respeito aos números constantes no orçamento apresentado a esta Assembleia para o ano de dois mil e treze, importa realçar que atravessamos um período e momento particularmente difícil e nada propício a grandes investimentos, no entanto, mesmo com a conjuntura actual, está previsto um conjunto de obras que tornam o plano e orçamento para o próximo anos com valores bastante agradáveis e que podemos dizer que permite ao nosso Concelho viver o ano no caminho do desenvolvimento. Do orçamento em si, dizer que o mesmo ronda os valores globais de receitas e despesas previstas na ordem dos quinze milhões de euros, valor próximo de anos anteriores. Por outro lado, as principais obras previstas em plano apontam para





### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

valores significativos, na construção da casa da juventude de Fazendas, o parque urbano junto ao edifício Alfa, a zona envolvente á Casa da Cultura de Fazendas, o Parque Urbano com componente desportiva no Alqueve em Benfica do Ribatejo e a conclusão da Casa da Cultura de Fazendas. Sendo que todas estas obras somam o montante de cerca de dois milhões de euros. -----

Não sendo o maior orçamento e plano é contudo significativo do ponto de vista do desenvolvimento da requalificação das zonas importantes do nosso Concelho. -----

Por todos estes motivos o Grupo do Partido Socialista na Assembleia Municipal votará favoravelmente o Plano e Orçamento para o ano de dois mil e treze. -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) »» Neste ponto deixo sempre o deputado João Lopes falar primeiro porque acho que ele presta um serviço publico a esta Assembleia. Aos seus elementos que envolvidos nos festejos de Natal se esqueceram de ler o PPI e que com esta exposição ficaram com pleno conhecimento do seu teor antes de votar, o que não acontece sempre em todos os documentos. Por isso, obrigado pela sua intervenção, e suponho que mais gente do que eu terá de agradecer, sobretudo aqueles não viram uma página, com o público por exemplo que não teve acesso ao documento. A CDU considera que de facto este documento é mais realista do que nos outros anos, mal fosse. No entanto não é por certo o PPI que a CDU apresentaria se tivesse à frente desta autarquia. Nós não defendemos, como em geral o faz o PSD e como obriga o Governo, que está à frente dos destinos deste país e que está a levar à paragem total do país que a autarquia pare todas as obras. Não é o entendimento que temos de boa gestão. O que defendemos e não de agora, de longa data, mas agora de forma mais exigente, é uma boa gestão dos dinheiros públicos, nomeadamente no que diz respeito à despesa. O que implica três questões fundamentais: Uma boa definição das prioridades de investimento, atendendo ao que melhor serve o Concelho; Um acompanhamento rigoroso das obras, logo desde a fase de projecto, na determinação das regras definidas nas peças do concurso e depois durante a execução das obras, para não haver derrapagens ou obras mal feitas, que um ano ou dois depois de inauguradas já estão a ser “refeitas” e é necessário inscrever novas verbas nos PPI para refazer aquilo que já estava feito, e há tão pouco tempo inaugurado. Depois, obviamente é também preciso cuidar e manter os investimentos que se fizeram ao longo do tempo para que estes não se venham a degradar rapidamente.-----

É tudo isso que deve, hoje mais que nunca, ser equacionado no PPI e não está. Por isso este não é o PPI da CDU. E se bem que não está este ano, inflacionado como em anos anteriores, com obras surrealistas, tem no entanto, um conjunto de obras que



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

francamente a CDU eliminaria e outras às quais daríamos prioridade. Já demos o exemplo do silo automóvel que tem uma verba prevista de mais de setenta e cinco mil euros, verba que é bem superior à de outro investimento que nos parece muito mais interessante e que só tem quinze mil euros. Estamos-nos a referir à requalificação do Parque das Tílias, com a construção da Casa Mãe da Rota do Vinhos do Ribatejo, este sim é um investimento reprodutivo, em termos de dinâmica económica do Concelho e que nos parece uma proposta inteligente, proposta que já estava planeada no projecto inicial do Parque das Tílias e que não foi executada. O arquitecto Elias, autor do projecto, propunha uma espécie de espaço para feiras ou para actividades económicas de ordem e dinâmica comercial, para promoção dos produtos locais e regionais. Isso sim parece-nos uma coisa, até pela sua localização junto dos restaurantes, onde vem pessoal de fora comer que pode vir a servir a economia do Concelho. Na semana passada estive em Setúbal, e fui à casa da Baia, que é uma casa que a Câmara construiu ou restaurou na avenida Luísa Todi, na qual os produtores da região colocam os seus vinhos, os seus queijos, os seus doces, o espaço estava cheio de turistas e de pessoas a fazer compras de natal. A nossa casa não seria da Baia, seria a casa da vinha ou de outra coisa qualquer, mas seria por certo mais importante que o silo, mas esta só tem quinze mil euros previstos no orçamento. Talvez se consiga fazer uma boa construção com menos dinheiro, mas se essas custar mais e o silo não se construir, ficarei muito contente. Há aqui, ainda outras obras que nos parecem completamente descabida. Por exemplo a ligação do Tejo à Vala, como militante ecologista sempre tive reticências, chamo-lhe a obra do ex-vereador Francisco Maurício, pelo qual tenho muita simpatia, não posso deixar de questionar a utilidade desta obra. Lembra os desvios dos rios internacionais em Espanha, este é o transvase local. Uma obra que levanta grandes duvidas e questões, não só pelos seus possíveis impactos ambientais como pela sua utilidade, tanto mais em tempos de crise. Francamente o que é que está esta obra aqui a fazer? No entanto há aqui outras obras que seriam bem mais úteis, mas cuja verba indicia a falta de visão do contributo que poderiam dar ao desenvolvimento do Concelho. Por exemplo, a requalificação do Pórtico de Paço do Negros que só está contemplada com quinze mil euros, o monumento histórico poderiam ser um pólo de atracção e de dinamização da zona, só leva quinze mil euros. Ou outras obras que estando contempladas não se vê prioridade na sua execução, como por exemplo a reabilitação dos edifícios da Câmara. Queria relembrar que no meu segundo mandato como Vereadora, houve um compromisso de deslocar os trabalhadores que estão a trabalhar no bairro São João Batista, naquelas instalações indignas e sem condições



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

para a zona industrial. Na época, e só depois do bater o pé da CDU as instalações melhoraram um bocado, mas ficaram sempre como uma situação provisória até a remodelação da Zona Industrial. A Zona Industrial essa, parece cada vez mais um espaço abandonado...enfim eu agora não quero fazer nenhuma alusões que possam parecer malvadas, pois não seja essa a intenção, mas as instalações da zona industrial parecem uma coisa da sucata abandonada. Nas obras prioritárias e urgentes, poderia ainda falar da recuperação do salão de Chá da Zona Norte. Há quanto tempo a Zona Norte foi inaugurada? Já estamos a recuperar, mas vejam o parque Lourenço Carvalho o estado em que está, ainda não o acabamos de pagar e vejam o estado de degradação em que a obra se encontra, o chão, a fonte de água com iluminação! -----

Para acabar, não posso deixar de fazer uma observação, e desculpem se o termo vos ofender, sobre “o golpe” que é repetidamente utilizado para fazer passar as coisas discretamente. Na última reunião deveria ter vindo aqui, com aquela proposta de remodelação dos serviços da autarquia, o mapa de pessoal, fazia parte da reorganização dos serviços, mas não veio e eu levantei isso na reunião extraordinária. Agora vem aqui, “dissimulado” no PPI, e vem lá a criação do departamento, mas sem chefe. Temos um departamento mas sem chefe. Só vai ter índios este departamento, ainda bem, eu simpatizo mais com os índios do que com os chefes. Mas, reconheço que as chefias são necessárias pois servem para organizar e estruturar os serviços. Nas divisões onde se prevê chefes, continuam todos por prover. Do que me parece aqui, continuaremos sem chefias responsáveis pelas organizações administrativas dos serviços dessas autarquias, nem precisamos do Governo para as reduzir, pois não as temos, quando podíamos e devíamos. Quando ao departamento, foi criado, mas aí é que não podemos ter chefe, mas querem, há uma troca! Também verifico que continuamos, sem veterinário. Está visto que alguns concursos públicos desta Câmara vão ficar na história dos “concursos públicos com história”. -----

**PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE BENFICA DO RIBATEJO** »» A minha intervenção vai no sentido de não sair aqui desta sala com pobre e mal agradecido. Queria agradecer ao executivo da Câmara os planos que estão previstos para a freguesia de Benfica do Ribatejo. É com bastante satisfação que irei comunicar aos órgãos da freguesia de Benfica do Ribatejo e respectiva população, esta feliz noticia. ----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Dou agora a palavra ao Senhor Luís Bárbara. -----

**MANUEL LUÍS BÁRBARA** (Grupo do PS) »» Muito obrigado Senhor Presidente. Boa noite a todos que não estives oportunidade de cumprimentar. -----



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

Aquilo que vou dizer, vincula-me a mim, e só a mim. O meu camarada Veiga dias já fez uma análise do documento, eu falarei exclusivamente de formação profissional. ----- Normalmente o Senhor Deputado João Lopes, a quem toda a gente reconhece muito saber, trás sempre à baila a problemática da formação profissional em relação à Câmara não gastar dinheiro com a formação profissional. O que se passa são duas coisas muito diferentes. Muitos dos funcionários tem formação profissional dada pelos sindicatos e que são dispensados pela Câmara para frequentarem essas acções, mas que não figura nos gastos da autarquia. Julgo que não são contabilizadas as faltas dos funcionários em termos de trabalho não produzido, porque se as faltas fossem contabilizadas, já havia custos para a Câmara. Outra coisa é a formação neste país que desde de mil novecentos e oitenta e seis tem gasto milhares de milhões de euros, têm um impacto na economia perto do Zero. A formação neste país é mal dada, mal feita, mal executada. Noventa e nove por cento dos indivíduos que sai da formação não são capazes de ir para um posto de trabalho e executa-lo. Disto posso falar com quem quer que seja que esteja nesta sala. Se a Câmara Municipal não investe dinheiro vivo na formação, eu acho que está a poupar dinheiro ao contribuinte. -----

**CARLOS MOTA** (Grupo do PS) »» Boa noite a todos. ----- Sobre o orçamento em apreço, muito foi dito e se calhar muito mais haveria para dizer. Julgo que no essencial fica registado. Em todo o caso gostaria de dizer que consideramos tratar-se de um documento muito sério para um ano de eleições. Não se trata se trata de um orçamento eleitoralista, trata-se de um orçamento bastante sério num ano em que se vão realizar eleições. Porém, e sem pretender acrescentar nada ao que já foi dito e debatido, para que o documento na sua versão final pudesse ser mais preciso em passaria a referir aquilo que considero pequenas imprecisões que podem ser corrigidas e surgem no sentido deixar o documento ainda mais preciso. Na página três, onde se lê “a reestruturação do site do município está a ser implementada com vista a funcionar em dois mil e doze”. Em dois mil e doze já ele funcionou, neste caso é trocar a data e passar-se a ler “dois mil e treze”. O mesmo acontece no que diz respeito à instalação de fibra óptica em “dois mil e doze”. Alguma deve ter sido instalada neste ano, mas outra será em dois mil e treze. Na página quatro, na repartição de contabilidade, tesouraria, património e compras, eu diria que o que está escrito neste sector, “encontrasse estabilizado e a funcionar normalmente, devendo agora aperfeiçoar-se ainda mais com a implantação do POCAL”. Ora, o POCAL já está na autarquia há largos anos, não vai aparecer agora certamente. -----



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

Na página quarenta e oito. Gostaria de saudar o regresso do Pão Vinho & Companhia que não tendo uma dotação parecida muito a quem do que é a verba para as festas da cidade, vai aparecer e que sirva para nos aliviar as mágoas, que nessa altura devem ser bastante mais graves que as que são agora. Depois, diz que o Município vai manter uma estreita relação com a Região de Turismo do Ribatejo, ora tanto quanto sei, esta Região de Turismo do Ribatejo já não existe. Na página sessenta e sete, diz aqui que apoiaremos a criação de uma zona agro-industrial na Torriba, Tal com está escrito, faz parecer que a Torriba é uma zona de Almeirim, o que não é verdade. Seria de todo interessante dar outro tipo de descrição sobre a Torriba. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Tal como foi solicitado pelo Senhor Presidente, todos os contributos que possam dar para que o documento seja melhorado na sua versão final são bem-vindas. Portanto, o que pedia ao Senhor Deputado Carlos Mota é que fizesse chegar junto do secretariado essas informações de modo a serem encaminhadas para o Executivo. -----

**PRESIDENTE DA CÂMARA** »» Tenho pena de não ter recebido grandes contributos para melhorar o documento, mas vou fazer algumas referencias ao que foi aqui dito. ---- Foi feita uma referencia à diminuição das receitas. Quero dizer que isso se deve fundamentalmente ao facto dos fundos comunitários estarem a acabar e portanto digamos que estamos quase a utilizar os saldos. As obras que estão aqui no plano de actividades são as inumeradas. Já não há obras muito dispendiosa e já não há financiamento para elas, e portão as receitas do documento ressentem-se desse facto. Por outro lado, nas receitas de impostos que nós temos a receber, neste momento e infelizmente estamos a descontar em termos de finanças uma participação que recebemos não em excesso, mas que recebemos na devida altura e que por reclamação dos titulares da SUMOL+COMPAL se verificou agora que i recebimento por ventura não devia ter sido processado e portanto estão a descontar nas receitas da autarquia mensalmente nas transferências que devem ser feitas para nós aquilo que no ano passado recebemos por inteiro e que utilizamos normalmente na Câmara- Dai o facto do nosso orçamento de este ano se ter ressentido dessa quebra de receita. ----- No que diz respeito às despesas com pessoal, estas diminuíram, mas obrigatoriamente por imposição do Governo. Nós apenas estamos a cumprir imposições do Governo. ---- Sobre a formação de pessoal e gratuita na medida que a Comunidade Urbana promove essa formação. Não cobra ao Municípios por isso. ----- Sobre as transferências para as freguesias, estas tem-se mantido ao longo dos vários anos e também não tem sido aumentada, embora o município não seja obrigado a



### Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

transferir verbas para as freguesias, dado que tem as suas receitas próprias do Orçamento Geral do Estado. Agora, o que é facto é que temos mantido sempre, apesar disso, de não sermos obrigados, temos mantido sempre as transferências. -----

Sobre o terreno dos Charcos, neste momento não temos nenhum projecto para o local. Estava previsto para um determinado fim, no entanto não se veio a concretizar, e neste momento não temos nenhum projecto para o local. -----

**DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA E MINUTA** o Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento para o ano de dois mil e treze (incluindo o Quadro e Movimento de Pessoal), com dezasseis votos a favor do Grupo do PS. Cinco votos contra, três do Grupo da CDE e dois do Grupo do PPD/PSD. Quatro abstenções do Grupo do MICA. -----

#### -----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

**JOÃO LOPES** (Grupo do PPD/PSD) »» O Grupo do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Almeirim considera que os instrumentos provisionais devem proporcionar aos municípios informação sobre os objectivos estratégicos, medidas e acções que a Câmara Municipal de Almeirim pretende implementar durante o ano de dois mil e treze, e que deverão ir ao encontro dos compromissos políticos assumidos perante população.

Relativamente à educação: -----

Na Carta Educativa, através da análise prospectiva no cenário alternativo/expansionista, prevê-se que haja um forte crescimento no ensino pré-escolar e no 1º e 2º ciclos, crescimento ténue no 3º ciclo e uma redução significativa no ensino secundário. Este é o cenário prognóstico mais real, pelo que a decisão proposta na Carta Educativa é sensata. -----

Contudo, a redução prevista no ensino secundário na Carta Educativa, dentro do actual aumento da idade da escolaridade obrigatória, deixará de fazer sentido. A possibilidade de abandono escolar poderá, neste contexto, aumentar significativamente, pelo que urge por em prática a necessidade de investir no ensino profissional. A Carta Educativa já enfatiza duas possibilidades neste tipo de ensino: a requalificação da Escola Secundária (custo estimado de quinhentos mil euros) ou uma escola nova somente com esse objectivo (custo estimado de quatro milhões de euros). Pese embora a primeira opção seja mais exequível num curto prazo, a oferta de cursos poderia ficar comprometida, dentro daqueles apontados como estratégicos pela Carta Educativa. Assim, a nossa opção estratégica de investimento passaria pela opção de construir uma





### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

escola profissional de raiz, com a oferta abrangente enunciada pela Carta Educativa (Novas Tecnologias de Informação; Ambiente; Agricultura; e Industria Agro-Alimentar). Por motivos de racionalidade económica, este projecto seria transconcelhio, chamando aqui a desempenhar aqui um papel fulcral a Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo e a Nersant, numa lógica de obtenção de economia de escala e na parceria com o tecido empresarial de modo a escoar esses futuros profissionais. -----

Relativamente ao investimento nos estabelecimentos do Pré-Escolar e 1º Ciclos, tendo em consideração as directrizes da Carta Educativa na estimativa de investimentos dos projectos complementares (requalificação do parque escolar, climatização e apetrechamento), verificamos que as verbas previstas neste Orçamento são ridículas e ficam muito aquém dos previstos 1,85 milhões de euros. Porque razão no orçamento proposto não está reflectida essa necessidade, devidamente justificada, para as escolas existentes? -----

Será que no Concelho de Almeirim existem alunos de 1ª e alunos de 2ª? -----

Passando agora ao desporto; Quando é que teremos a Carta Desportiva do Concelho? Como documento norteador, o executivo para a tomada de decisão política não necessitará de informações relativas à procura e oferta de prática/equipamentos desportivos e de lazer? A realidade e dinâmica associativa? O recenseamento de necessidades? A taxa de participação desportiva dos nossos cidadãos? A definição de tendências de prática? O levantamento da quantidade e qualidade dos equipamentos existentes? A acessibilidade aos locais de prática? A análise de assimetrias no contexto territorial do Concelho? -----

Mais se torna sensível e insensato, a continuidade de previsão de construção de equipamentos desportivos e de lazer (Campos de Padell, no orçamento anterior) e previsão de construção de um mini-campo desportivo e criação de uma zona de aparelhos de manutenção junto à Urbanização Taipas dois, sem ter em consideração os fundamentos técnicos fundamentais acima enunciados. -----

Quando é que o Pelouro do Desporto elabora o Regulamento de Apoio ao Associativismo Desportivo? -----

Não querendo por em causa a meritória função que as Associações Desportivas prestam à nossa população em geral e aos nossos jovens, em particular, e tendo em consideração a transparência, a equidade e justiça de um investimento que o erário público disponibiliza num momento tão sensível da nossa sociedade, para quando a efectivação desse desígnio, mesmo após a Assembleia Municipal ter aprovado essa recomendação por maioria à “distância” de um ano? -----



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

Perante a complexidade de organização e tomada de decisão pela abrangência da prática desportiva e de lazer, a Divisão de Desporto possui um Plano de Gestão e de Marketing com vista à eficiência e eficácia de procedimentos? -----

Se a abrangência de intervenção (desporto/actividade física em todas as vertentes, gestão de equipamentos desportivos, apoio ao Associativismo Desportivo, apoio a iniciativas desportivas, etc., se compadece com a verba do Orçamento previsto para o Pelouro do Desporto (investimento municipal sem as comparticipação dos Fundos Comunitários) face ao Orçamento previsto para o Município? -----

Qual o montante de subsídio indirecto prestado às Associações Desportivas (utilização gratuita de equipamentos desportivos, transportes, apoio a iniciativas pontuais e regulares, apoio para inscrição de atletas, etc.? -----

Quando analisamos os números, concluímos que a diminuição relativamente ao orçamento de dois mil e doze faz-se, na parte da receita, essencialmente, à custa das transferências de capital da Participação comunitária em projectos co-financiados em sessenta e cinco por cento ou seja, cerca de dois milhões e seiscentos mil euros mil euros). Atendendo ao aumento do endividamento do Município nos últimos anos este não irá recorrer a mais de duzentos e oito mil euros de novos créditos. -----

A dívida actualmente existente acarreta aos cofres dos Municípes cerca de novecentos e sessenta e nove mil euros anuais de responsabilidade a pagar em dois mil e treze e muita vai durar durante vinte anos, sendo a média dez anos. Tal significa que o Município paga um valor que daria para fazer uma Casa da Cultura todos os anos ou refazer todo o troço existente da Circular Urbana de Almeirim. -----

Como se justifica um aumento das receitas Venda de bens e serviços correntes - Rendas (receitas provenientes do arrendamento de casas ou outros edifícios para fins habitacionais ou outros) em cerca de vinte por cento? -----

Relativamente à componente da despesa, verificamos uma significativa diminuição nas Despesas com Pessoal de dezanove por cento, relativamente ao orçamento de dois mil e doze e quinze por cento relativamente às contas de dois mil e onze. -----

A formação continua a ser ignorada pelo executivo que consagra uma verba de apenas dois mil euros para quase trezentos funcionários! É de referir que em dois mil e onze a despesa foi de zero euros! -----

Então como se justifica que uma Câmara com quase trezentos funcionários contrate duzentos e sessenta e nove mil euros de Estudos, pareceres, projectos e consultadoria (rubrica 02.02.14) e cento e setenta e três mil euros de Outros trabalhos especializados (rubrica 02.02.20)? Acreditamos que o investimento na formação e melhor organização



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

interna reduziria substancialmente estas verbas. -----

Estranhamos que os Estudos, pareceres, projectos e consultadoria aumentem em cento e sessenta e três mil euros, ou seja, cento e cinquenta e dois por cento relativamente às contas de dois mil e onze! -----

Não se pode aceitar uma rubrica supostamente residual como Outros serviços (rubrica 02.02.25) tenha um saldo de seiscentos e cinquenta mil euros, quatro vírgula três por cento do total das despesas do orçamento? Trata-se da mais pura e simples manobra de esconder a natureza das despesas. Que despesas serão estas de valor tão alto que não interessa mostrar em detalhe? -----

A atribuição de subsídios às Instituições Sem Fins Lucrativos, no montante de quinhentos e sessenta e oito mil euros, três vírgula sete por cento do orçamento, continua a ser feita de forma indiscriminada. É nesta rubrica que se incluem os apoios para instituições sociais, desportivas e recreativas. Que critérios são utilizados? Será que o Executivo da Câmara Municipal de Almeirim sabe que instituições vão ser atribuídas? Quem nos garante que as instituições abrangidas são as que mais necessitam e as que mais merecem? O PSD continua a defender a existência de um regulamento para a atribuição de subsídios. Se este já existisse, as verbas seriam distribuídas de uma forma equitativa e justa. -----

No que concerne às muito importantes despesas de investimento, aquelas que trazem aumento do nível de vida para as populações e equipamentos sociais necessários, se compararmos com o orçamento de dois mil e doze vimos uma diminuição de quatro vírgula cinco milhões de euros. -----

As transferências para apoio ao investimento às freguesias do Concelho diminuiu cinco mil euros, isto são; menos sete por cento. -----

As transferências de capital mais significativas prendem-se com a “Construção da Casa de Apoio à Juventude de Fazendas de Almeirim” que irá receber cento e oitenta mil euros. -----

Relativamente aos Investimentos o Município teve que restringir fortemente os investimentos previstos agora que o endividamento atingiu um nível significativo. Assim a maioria dos investimentos previstos em dois mil e treze são pagamentos de obras concluídas como “Requalificação da Praça Lourenço de Carvalho”, o “Novo Troço da Circular Urbana de Almeirim” ou a “Construção do Centro Escolar de Fazendas”. -----

As obras novas de dois mil e treze são a “Requalificação do Espaço Envolvente ao Pavilhão Desportivo de Benfica do Ribatejo”, a “Requalificação da Envolvente do Jardim de Infância nº 3” e a “Casa Mortuária de Benfica do Ribatejo”. -----



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

Relativamente aqueles que este executivo elegeu como prioritários não podemos deixar de tecer alguns comentários. -----

A verba definida para a construção da Casa da Cultura em Fazendas de Almeirim é, na nossa perspectiva, insuficiente para se construir um equipamento numa perspectiva de futuro. A Freguesia de Fazendas de Almeirim tem necessidade de ter um equipamento à imagem e semelhança da Biblioteca Municipal de Almeirim, com livros técnicos e de ficção para públicos de todas as idades, com publicações periódicas, acesso wireless à internet, salas para estudo, salas de leitura e um anfiteatro multiusos. Tudo com um espaço lúdico de lazer envolvente. Mais este equipamento deveria ser localizado junto às escolas; -----

O investimento previsto para a requalificação das escolas é irrisório, face às necessidades. É para nós a maior prioridade a nível de investimento a requalificação das escolas mais antigas. -----

Nada existe quanto à tão necessária escola profissional. Este é um investimento estruturante para o Concelho e pode vir a ser marcante para toda a região. -----

O PSD já antes defendeu a aquisição do espaço adjacente ao Parque Desportivo Municipal, vulgarmente denominado por “celeiros”, para estacionamento e construção de novas estruturas desportivas. -----

Também defendemos que no local onde estava previsto construir o Centro Social sejam feitos equipamentos desportivos. Tal permitiria dotar a zona sul da cidade infra-estruturas adequadas às necessidades do aglomerado habitacional que lá existe e de complemento à Escola dos Charcos. -----

Não vemos neste orçamento as respostas que o Concelho de Almeirim necessita! -----

Por conseguinte e tendo em consideração os superiores interesses de Almeirim e das suas gentes, o Grupo do PPD/PSD considera que a aposta de investimento devia ser priorizada. -----

- Aumento da verba proposta para a Casa da Cultura de Fazendas, sendo esta constituída por valências de Biblioteca e espaço infantil, sala de trabalhos, sala de informática, sala de conferências e respectivas áreas de apoio. Para além do equipamento com estas valências, considera ainda que este se deve inserir num contexto agradável de convívio, de lazer e abrangente para toda a população. Esta necessidade será uma boa oportunidade para se dotar a freguesia de um jardim bem dimensionado com vários equipamentos lúdico-recreativos e desportivos tão prementes para a qualidade de vida da sua população. -----



### Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

- Requalificação do parque escolar, utilizando as prioridades enunciadas pela Carta Educativa. Consideramos esta medida fundamental por princípios básicos de equidade, modernização e conforto que estes equipamentos tanto necessitam de forma a garantir a formação dos nossos jovens e o sucesso educativo; -----
- Investir na construção de uma Escola Profissional trans-concelhia, com uma oferta de cursos que garanta a formação dos nossos jovens e que sirva de base às necessidades do tecido empresarial da região; -----
- Finalizar a circular urbana de Almeirim numa perspectiva ideal e que garanta o investimento no futuro (escoamento do trânsito rápido e seguro através de duas faixas em cada sentido, traçado linear, ligação fácil às várias zonas da cidade através de rotundas, acessibilidade fácil à Zona de Actividades Económicas e traçado que garanta a não passagem de veículos pesados pelo centro da cidade); -----
- É prioritário para o PSD a aquisição dos “celeiros” para parque de estacionamento e a construção de novas estruturas desportivas; -----
- Deve aproveitar-se o terreno que iria supostamente servir para construir o novo Centro Social dotando-o de equipamentos desportivos que são prementes para aquela zona da cidade. -----

Face ao que atrás ficou descrito, o Grupo do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Almeirim vota contra as propostas de Orçamento e Plano da Câmara Municipal de Almeirim para o ano de dois mil e treze. -----

#### -----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

**DUARTE CERVEIRA** (Grupo do MICA) »» É-nos proposto na Ordem de Trabalhos da sessão de hoje uma deliberação sobre o Orçamento, Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Actividades para 2013, de acordo com as competência legais da Assembleia Municipal. -----

Ora acontece que pretendemos desde que integramos este órgão municipal, com a legitimidade do voto dos cidadãos do Município de Almeirim assumir integralmente as nossas responsabilidades, por isso não podemos dar o nosso voto favorável a tão importantes instrumentos de gestão autárquica, dado que, à semelhança dos anos anteriores, no nosso entender, os mesmos enfermam de algumas vicissitudes legais, nomeadamente: -----

UM - Mais um vez foi feito “tábua rasa” do direito de oposição, pelo que tais documentos aqui apresentados padecem desta ilegalidade. -----



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

Não nos foi entregue o Mapa do endividamento municipal em trinta de Setembro de dois mil e doze, de modo a poder ser avaliado o actual valor do endividamento líquido municipal. -----

Também, ainda não nos foi disponibilizado uma informação útil sobre a situação económica e financeira das inúmeras empresas em que a câmara participa, nomeadamente a distribuição dos Relatórios e Contas de dois mil e onze (nomeadamente entre outras o das Águas do Ribatejo, RESIURB, ECOLEZIRIA, CIMLT Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, Sociedade de Reabilitação Urbana da Lezíria do Tejo etc). Não nos foi entregue a informação sobre a respectiva situação económica e financeira (alínea d) do número três do Artigo quarenta e oito da Lei dois barra dois mil e sete de quinze de Janeiro) – que constitui o relatório semestral do auditor externo ( o que torna impeditivo uma avaliação rigorosa e seria da situação económica e financeira da Câmara Municipal; -----

Não nos foi presente o “mapa de empréstimos obtidos” até esta data, o que não nos permite poder avaliar a correcção e rigor dos elementos económicos e financeiros incertos nos instrumentos de gestão provisional que aqui hoje nos são presentes; -----

Não nos foi presente um orçamento provisional de tesouraria para podermos aferir não só da capacidade para solver os compromissos já assumidos e a assumir como o modo como vão ser financiados. -----

Acresce ainda que se trata do “pior orçamento” de todos os que nos foram apresentados e representa um decréscimo das verbas orçamentas de mais de cinco milhões de euros em relação à média dos anos anteriores e que não resulta apenas e só do “reflexo da situação de crise”, pois a mesma já era existente desde dois mil e nove, talvez possa ser imputável à situação de delegação de competências pelo senhor presidente num dos vereadores para elaboração deste orçamento, sendo de certo modo caricato que o no Plano Plurianual de Investimentos esteja prevista para dois mil e catorze! Uma única verba de seiscentos mil euros para a construção de um edifício sede para uma força especial de bombeiros, que como todos sabemos nunca esteve, nem está prevista para Almeirim. Sobre os restantes anos (dois mil e catorze a dois mil e dezasseis) deste período consta zero! -----

Queremos no entanto salientar que pela primeira vez o senhor presidente da câmara considerou algumas das nossas sugestões, entre as várias que apresentamos durante o mandato, tais como: -----

Arranjos dos pavimentos das ruas de paço dos negros, da Raposa e de Benfica do Ribatejo; -----





### Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

O parque urbano atrás do edifício Alfa em Almeirim; -----

Sede da Associação Desportiva Fazendense; -----

Por isso, expressamos a nossa abstenção e não o voto contra, porque temos a convicção que durante dois mil e treze, podemos através dos mecanismos legais proceder as alterações e revisões destes instrumentos, apoiando com sugestões que defendam o interesse dos cidadãos do nosso município todas as acções e actividades que nesse sentido venham a ser desenvolvidas pelo presidente da câmara, que tem legitimidade para o exercício dessa função, nomeadamente nas áreas de: -----

Nas medidas activas de apoio às necessidades urgentes dos nossos idosos, de modo a uma melhoria da sua vida; -----

Medidas de apoio activas às nossas crianças, nas escolas e creches; -----

Medidas de apoio activas aos jovens e desempregados; -----

Medidas de apoio ao necessário desenvolvimento económico do nosso Concelho. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

**JORGE VEIGA DIAS** (Grupo DO PS) »» A declaração do voto do Grupo do Partido Socialista é a seguinte: A actividade dos municípios portugueses e em particular o município de Almeirim é condicionada pela atribuição de fundos comunitários que conjuntamente com os fracos fundos próprios puderam permitir a realização de diversas obras. São esses fundos que puderam permitir a conclusão de diversas obras que se encontram já a decorrer, a construção da Casa mortuária de Benfica do Ribatejo, a construção do parque de estacionamento em frente ao posto médico de Benfica, a elaboração do projecto para o parque de merendas da Raposa, a recuperação de pavimentos da Raposa, a continuação do arranjo paisagístico e passeios das ruas de Paço dos Negros, a construção da Casa da Juventude em Fazendas de Almeirim, a recuperação e arranjo da envolvente ao largo junto ao Jardim de Infância do Centro Paroquial de Almeirim, elaboração do projecto de recuperação do Convento da Ordem III em Almeirim e recuperação dos bares da Zona Norte e Piscinas. Para além destes, que serão exclusivamente da responsabilidade do orçamento municipal, estão previstas outras obras a construir com recurso a fundos comunitários, ainda em vigor, o parque urbano atrás do edifício Alfa em Almeirim, a Casa da Cultura em Fazendas de Almeirim, o parque urbano como componente desportiva no Alqueve em Benfica do Ribatejo e a conclusão da Casa da Cultura em fazendas de Almeirim. Haverá também certamente por parte deste executivo durante o ano de dois mil e treze a manutenção do apoio social quer a particulares, quer a instituições, que neste momento de particular



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

dificuldade se regista. Ao nível dos serviços do município, a componente administrativa regista o reforço na aposta nos meios tecnológico de foram a agilizar procedimentos, obtendo melhor produtividade, o mesmo se verificando na secção de taxas e licenças. Ao nível da gestão de pessoal, realça-se a continuada aposta nas acções de formação dos quadros de pessoal, muitas vezes com despesas para o próprio município. Na educação, realça-se que no ano de dois mil e treze por força do Decreto-lei cento e setenta e seis de dois mil e doze, estabeleceu-se a fixação da idade mínima de dezoito anos de escolaridade obrigatória. Torna-se assim necessário dotar toda a rede escolar com condições que permita aos alunos que frequentam as escolas do Concelho de condições para poderem frequentar o ensino obrigatório. Este é o papel que este executivo tem procurado criar, dotar estabelecimentos de ensino que criem as condições necessárias à boa frequência dos estabelecimentos de ensino. A criação de refeitórios e espaços para serem servidas refeições, o ensino da informática, as línguas portuguesas e inglesa, a música a prática desportiva, são motivos mais que suficientes para que no próximo ano este Executivo continue a postar e a dotar e a reabilitar os espaços escolares. Na saúde, e como se sabe o Centro de saúde de Almeirim são cada vez menores os recursos humanos ao dispor da população, cremos que no próximo ano este executivo tudo fará para que o nosso Centro de Saúde seja dotado de clínicos que assegurem uma boa qualidade na prestação de cuidados de saúde aos utentes que ali acorrem. Quanto à acção social, importa realçar que sendo as autarquias o poder mais próximo das populações, estas deverão ter um papel de relevo nas resolução dos problemas concretos dos cidadãos, nomeadamente no que diz respeito às questões de cariz social. Querendo-se uma intervenção rigorosa, baseada na intervenção e assente numa lógica social, com a mobilização de diferentes parceiros para a maximização dos custos, dando continuidade na implementação de medidas de apoio social promotoras da integração e coesão social no Concelho. -----

A este nível levar também à implementação das medidas disponíveis no chamado mercado social de arrendamento, que sendo de iniciativa do Governo, surge através de um protocolo celebrado com instituições públicas e privadas ao qual se associam parceiros locais, nomeadamente os municípios. Neste âmbito para o ano de dois mil e treze importa realçar que a divulgação em termos local a articulação com a entidade gestora no sentido de operacionalizar localmente o programa e dar continuidade às acções que visam o arrendamento de novos imóveis. Quanto ao GIP – Gabinete de Integração Profissional, o GIP foi criado em dois mil e nove e têm como objectivo a prestação de apoios à população no sentido de ajudar a resolver problemas de inserção



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

profissional e escolar, em colaboração com o Instituto de Emprego e Formação Profissional. Em dois mil e treze o GIP continuará certamente a servir os cidadãos e realça-se que que entre outras actividades aquelas que já foram elencadas no próprio plano de actividade. Ao nível da protecção do meio-ambiente e conservação da natureza, temos vários planos de pormenor elaborados por parte da autarquia e da responsabilidade de particulares que tenha interesse em investir no nosso Concelho. A saber; de alguns que serão da responsabilidade da Câmara, a ampliação da Zona das Actividades Económicas, logo definido pelo IC3, o plano de urbanização da parcela de terreno em Marianos, o plano da Zona de Actividades Diversificadas particular, O plano de localização de Benfica do Ribatejo e Cortiçóis já em fase adiantada. -----

Em resumo, no que diz respeito aos números constantes no orçamento apresentado a esta Assembleia para o ano de dois mil e treze, importa realçar que atravessamos um período e momento particularmente difícil e nada propicio a grandes investimentos, no entanto, mesmo com a conjuntura actual, está previsto um conjunto de obras que tornam o plano e orçamento para o próximo anos com valores bastante agradáveis e que podemos dizer que permite ao nosso Concelho viver o ano no caminho do desenvolvimento. Do orçamento em si, dizer que o mesmo ronda os valores globais de receitas e despesas previstas na ordem dos quinze milhões de euros, valor próximo de anos anteriores. Por outro lado, as principais obras previstas em plano apontam para valores significativos, na construção da casa da juventude de Fazendas, o parque urbano junto ao edifício Alfa, a zona envolvente á Casa da Cultura de Fazendas, o Parque Urbano com componente desportiva no Alqueve em Benfica do Ribatejo e a conclusão da Casa da Cultura de Fazendas. Sendo que todas estas obras somam o montante de cerca de dois milhões de euros. -----

Não sendo o maior orçamento e plano é contudo significativo do ponto de vista do desenvolvimento da requalificação das zonas importantes do nosso Concelho. -----

Por todos estes motivos o Grupo do Partido Socialista na Assembleia Municipal votou favoravelmente o Plano e Orçamento para o ano de dois mil e treze. -----

**PONTO QUATRO - APRECIACÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE ESCRITURA DE DOAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS SOCIAIS DESTINADOS A INFANTÁRIO E CENTRO DE DIA DE FAZENDAS DE ALMEIRIM.** -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Começo como sempre por pedir ao Senhor Presidente que faça a introdução deste ponto. -----



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

**PRESIDENTE DA CÂMARA** »» Este ponto quatro não é mais que o cumprimento de um preceito que agora é obrigatório. As Instituições têm de legalizar as suas instalações, entregar projecto na câmara, obter a sua aprovação entre outros actos e para isso têm de ter as instalações registadas em seu nome. É uma questão meramente burocrática visto que o infantário e o Centro de Dia de Fazendas já funcionam há muito tempo, simplesmente precisam neste momento de legalização. Isto é uma formalidade que precisamos de cumprir. -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) »» Não tenho dúvida que de facto as Instituições se confrontam com esse problema, também não tenho dúvidas sobre o trabalho desempenhado pela Associação referida e cujos equipamentos estão a ser focados na apreciação, no entanto a CDU ao analisar esta proposta ficou com um conjunto de questões sem resposta. Não estamos a brincar, estamos a falar de coisa que tem a ver com escrituras e que em termos jurídicos, merecem algum cuidado! Há aqui muita coisa que tem de nos ser claramente explicada hoje. Porque, mais uma vez, está aqui muita opacidade na proposta. Cuidado, eu não estou a dizer que é a Associação que gera esta opacidade, que fique bem claro. Estou a dizer que a proposta que aqui vem, trazida pela maioria do PS e que foi votada no Executivo, não está clara. O que é que é aqui proposto? Pede-se aqui à Assembleia Municipal de Almeirim para aprovar uma doação. Lei cinco A prevê que a partir de um certo valor que actualmente equivale aos trezentos e tal mil euros, tudo o que a Câmara compra, vende ou lhe é doado, tudo o que vier para o património da Câmara, ou tudo o que saia do património da Câmara a partir do valor referido, tenha de passar por uma deliberação desta Assembleia. Isto está estabelecido muito antes da Lei dos compromissos. O que nos pedem aqui é para doar “alguma coisa”, pessoalmente até julgava que aquilo já era tudo da associação, há tantos anos que lá conheço a associação, nunca me questionei. Esta situação em relação às sedes das Associações é relativamente corrente, são processos antigos. Mas agora estas coisas têm de ser bem explicadas e clarificadas, até porque podem estar aqui em causa direitos de propriedade que estão a ser melindrados e que podem não estar a ser bem clarificados e depois vêm aqui parar por via dos advogados. Isto tem de nos ser explicado simplesmente. Se as coisas forem bem explicadas à CDU não temos problema nenhum em votar a favor. Propõem que se aprova a doação deste património, mas nunca trouxeram aqui a sua “recepção”, ora pelo valor avaliado, era obrigatório. Primeiro, esta Assembleia tinha de aprovar a “aquisição” deste património, qualquer que tenha sido a forma de aquisição? Na nota explicativa que vem da Câmara, o que nos é dito, é que estes equipamentos foram adquiridos através de uma escritura



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

de justificação notarial em Julho deste ano, isto quer dizer o quê? Que os equipamentos, cuja propriedade eu julgava ser da Associação, afinal não o era, senão não estávamos agora a doá-los. Afinal “aquilo” tinha outro proprietário que eu desconheço, e continuo a desconhecer depois da explicação que foi dada, mas aparentemente desde Outubro, deste ano, o proprietário é a Autarquia. Segundo a informação dada pelo nosso Vereador, a propriedade foi adquirida por usucapião, foi isso? Aqui não vem explicado. Para votar este assunto não posso ter a necessidade de recorrer a uma quantidade de advogados para me informarem, tem de vir aqui uma explicação suficientemente clara para eu poder votar. Isto é o mínimo que se pode exigir, e quando não vem a explicação escrita, então o Senhor Presidente, ou algum técnico tem, na intervenção prévia que faz clarificar o processo todo. Gostaria de facto de saber quem era o proprietário, antes da propriedade ser da autarquia? Não tinha proprietário? O terreno não estava registado? Como é que é a história? -----

**PRESIDENTE DA CÂMARA** »» Deixa-me que lhe preste alguns esclarecimentos? -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Senhor Presidente pedia-lhe que fizesse a sua intervenção após a deputada Manuela Cunha terminar a intervenção que está a fazer. –

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) »» Gostava de ouvir o Senhor Presidente da Câmara e depois continuar a minha intervenção.. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Acabe a sua intervenção agora. -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) »» Não senhor Presidente, desculpe lá!-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Eu não autorizo que o Senhor Presidente intervenha agora, depois da Senhora Deputada intervir, darei a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) »» O que eu queria era colocar primeiro umas perguntas, para tentar compreender todo o processo e só depois é que a CDU se pronunciaria. Antes de nos pronunciarmos temos de compreender, o que não aconteceu devido à falta de dados na proposta que nos veio e porque na nossa bancada não temos nenhum advogado de serviço, bem que nos tenhamos esforçado para compreender, enfim ficamos com muitas dúvidas e gostávamos de ter um esclarecimento para depois nos pronunciarmos e compreender o que é que se passou. Por isso acabei, a minha pergunta está feita. -----

**ANA CASEBRE** (Grupo do MICA) »» Gostaria apenas de colocar uma questão que se prende com o objecto desta doação em causa. Em concreto nós gostávamos de saber o que é que efectivamente se pretende doar, se são apenas os equipamentos sociais, tal como consta da proposta ou se é o prédio na sua totalidade? -----



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

**RUI PIRES** (Grupo do PS) »» Este ponto da Ordem de Trabalho está claro naquilo que se pretende. Não será necessário ir dar a volta a Bragança para nós percebermos este ponto. Possivelmente já há muitos anos que este terreno, quando a Câmara promoveu a construção dos equipamentos que lá estão para a Associação, Centro de Dia de Fazendas de Almeirim, já lá vão tantos anos, naquela altura se calhar ninguém estava preocupado com as questões das escrituras. Também não sendo jurista, não tenha advogados atrás, percebo bem o que é uma escritura de justificação detalhada. Para mim neste ponto não há opacidade nenhuma. Parece mais que existe aqui alguém que gosta de por nos outros que qualquer coisa está mal. Se as pessoas desta Assembleia querem acusar alguém, acusem abertamente. As questões ilegais devem ser aqui levantadas, devem ser transmitidas à Procuradoria-Geral da República e ao IGAL. Agora passarmos aqui Assembleias a falar de opacidade de pessoas que estão aqui com negócios pouco claros a tentar passar coisa que são claras, só porque é bom que nós continuemos com esta guerra é que acho que não seja correcto. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Dou agora a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

**PRESIDENTE DA CÂMARA** »» A Senhora Deputada sabe com toda a certeza que quando foi Vereadora, penso que não foi um período em vão, Câmara adquiriu e construiu noutras situações instalações que ficaram pertença das instituições de solidariedade social nas freguesias. Esta na freguesia de Fazendas é to tempo do Senhor Presidente Alfredo Calado, que adquiriu um terreno e que promoveu a construção com os apoios da segurança social e outros apoios, num terreno que a Câmara tinha comprado e que pôs à disposição da instituição de Fazendas. Porém, agora todos os organismos oficiais para qualquer participação, para apoio social, exigem que as instalações estejam legalizadas, aprovadas pela Câmara, portanto, o que estamos a fazer é a legalização dessas instalações. Por usucapião porquê? Porque tem mais de vinte anos, tal como disse, foi do tempo do Senhor Presidente Alfredo Calado. -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) »» Desculpe lá Senhor Presidente, mas nós temos o direito de ser esclarecidos. O que a Câmara nos diz é que adquirimos agora! Mas a Câmara adquiriu o quê agora? -----

**PRESIDENTE DA CÂMARA** »» O usucapião...é uma forma que só se pode utilizar...

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) »» Desculpe lá, mas eu estou a ler o que aqui está! -----





### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Desculpem, mas não se deve fazer um diálogo neste moldes. -----

A Senhora Deputada fez as perguntas e agora deve aguardar pelas explicações. -----

Se pretende mais algum esclarecimento deve fazê-lo. -----

**PRESIDENTE DA CÂMARA** »» O usucapião ... -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) »» Nesta proposta não fala em nenhum usucapião, aqui na proposta que temos escrita, não fala. Aqui o que nos dizem é que a Câmara adquiriu, adquiriu, adquiriu, diz a data ... -----

**PRESIDENTE DA CÂMARA** »» Mas adquiriu de que forma? -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) »» Olhe aqui não diz! -----

**PRESIDENTE DA CÂMARA** »» A Aquisição em termos monetários foi no tempo do Senhor Presidente Alfredo Calado. -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) »» E não ficou registado? -----

**PRESIDENTE DA CÂMARA** »» Não ficou registado, e agora ... -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) »» Então quer dizer o quê? Então a minha pergunta é esta: O terreno não estava registado, não tinha registo é isso? -----

**PRESIDENTE DA CÂMARA** »» Não era pertença da Instituição. -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) »» Não, isso é outra coisa. Estou a perguntar se até agora o terreno não tinha registo? Então os senhores puseram um Edital, depois desta coisa da aquisição. Então podemos ter acesso a esse Edital? -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Senhora deputada Manuela Cunha, foram cumpridos todos os preceitos legais que permitiram chegar a esta proposta. -----  
Vamos terminar este ponto. -----

Este ponto está terminado e vamos passar à sua votação. -----

**DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA E MINUTA a proposta de autorização para a realização** de Escritura de Doação dos Equipamentos Sociais Destinados a Infância e Centro de Dia de Fazendas de Almeirim, com vinte e dois votos a favor, dezasseis do Grupo do PS, quatro do Grupo do MICA e dois do Grupo do PPD/PSD. Três abstenções do Grupo da CDU. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) »» O grupo da CDU absteve-se embora estivesse perfeitamente de acordo em doar este património à Associação. A CDU não votou favoravelmente e absteve-se em relação a esta proposta por não terem sido clarificadas as questões aqui colocadas pela CDU em relação à aquisição do dito terreno pela



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

autarquia. Não ficou aqui clarificada a pergunta da CDU e as dúvidas levantadas pela a informação que nos foi facultada. Não se compreende se foi o terreno que foi adquirido pela Câmara após a deliberação de Julho ou os equipamentos sociais. Por outro lado não ficamos clarificados no que diz respeito ao facto dessa aquisição não ter vindo a deliberação da Assembleia Municipal, tal como nos parece ser obrigatório, devido ao valor atribuído aos “equipamentos”. Não ficou claro que a dita aquisição, tenha sido feita por usucapião. Por outro lado sabemos que naquela zona houve já problemas com a propriedade de terrenos e entre alguns proprietários e a autarquia. Por tudo isto a CDU não vai arriscar um voto favorável, relativamente a uma situação de propriedade que não fica aqui clarificada. Desejamos a melhor actividade à Associação, e esperamos que a Associação continue a desempenhar o bom trabalho que tem feito até ao momento junto das famílias de Almeirim, nomeadamente na Freguesia de Fazendas de Almeirim, esperamos que legalize a situação, mas não podemos quando está em causa questões de propriedade e quando as explicações não são claras, não podemos dar cheques em branco com o nosso voto, porque achamos que merecíamos, que toda esta Assembleia merecia explicações claras a perguntas que foram claras.. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Passamos agora ao ponto número seis. -----

-----  
**PONTO SEIS – APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS COM A LT-SRU.** -----

-----  
**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. –

**PRESIDENTE DA CÂMARA** »» Senhor Presidente, acho que a proposta diz tudo, tratasse da apreciação e votação de uma minuta de contrato para aquisição de serviços pela SRU, em que na cláusula primeira refere o objecto do contrato. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Inscrições para este ponto? -----

**JOÃO LOPES** (Grupo do PPD/PSD) »» Gostávamos apenas de ter um esclarecimento relativamente a este ponto. O que está aqui escrito é contrato de aquisição de serviços de preparação de projecto de limitação da área de reabilitação urbana. Isso creio eu que foi votado no dia vinte de Dezembro. Sim ou Não? Sinceramente, não sabemos, dai a minha questão. -----

Depois, fala de uma segunda parte que é o respectivo projecto de operação de reabilitação urbana com a LT SRU e aqui fala-se então numas verbas, tendo este



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

contrato já as verbas para o ano de dois mil e treze, catorze e quinze, para serviços. Gostaríamos de saber de que tipo de serviços são? Obrigado. -----

**PRESIDENTE DA CÂMARA** »» Precisamos de formalizar o contrato com a pessoa que fez o estudo que o Senhor Deputado João Lopes apreciou nesta Assembleia. -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) »» Sobre a SRU, a CDU já disse o que tinha a dizer, em muitas reuniões. Acresce agora o que ROC vem dizer das contas da SRU, e acresce de facto que a CDU não gosta nada, como diz o povo “pôr a carroça à frente dos bois”. Quando vê que estão constantemente a pôr a carroça à frente dos bois” não gosta nada de dar aprovação a essas situações. Por isso não vão contar com o nosso voto favorável nesta matéria. -----

**DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA E MINUTA o Contrato de Aquisição de Serviços com a LT-SRU** com; Vinte votos a favor, dezasseis do Grupo do PS e quatro do Grupo do MICA. Três votos contra do Grupo da CDU. Duas abstenções do Grupo do PPD/PSD. -----

#### -----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

**JOÃO LOPES** (Grupo do PPD/PSD) »» O PPD/PSD concorda com o projecto, no entanto, depois de ser aprovado primeiro o serviço, e depois vir o contrato a esta Assembleia, não podíamos ser coniventes com esta situação que está completamente invertida. -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) »» Em nome da CDU gostaria de reprovar o facto que nas duas últimas Assembleia, sempre que chega o momento do público, o Senhor Presidente da Câmara sai da sala. Acho isto, uma falta de respeito pelos cidadãos que assistem à Assembleia e que nelas se querem pronunciar. -----

Pelas vinte e três horas e cinquenta e sete minutos, saiu o senhor Deputado Luís Bárbara da Bancada do PS. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Terminado o período da Ordem do Dia, dou agora a palavra ao elemento do público que solicitou autorização para intervir no período destinado à intervenção do público, a Senhora Alda Paula Ferreira Melro Leandro. -----

#### -----PERÍODO DO PÚBLICO-----

----- (Artigo vigésimo sétimo) -----

**ALDA LEANDRO** »» Boa Noite. -----  
Excelentíssimo Senhor presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal gostaria muito de cumprimenta-lo pessoalmente mas



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

como não é possível devido ao seu abandono da sala, o que demonstra uma falta de respeito pelo público, pois somos eleitos para aplausos e para apupos, gostava que ficasse em ata a minha saudação ao mesmo, restantes Elementos do Executivo, Excelentíssimos Senhores Deputados e respeitado Público. -----

A minha intervenção vem no sentido de lembrar a todos que faz um ano que os funcionários da ex-ALDESC viram cessar os contratos precários que tinham com a autarquia. As promessas que nos foram feitas durante inúmeras reuniões que tivemos sobre a extinção da ALDESC ficaram por cumprir. -----

Na reunião da comissão foi-me feita uma questão sobre a minha intervenção na Assembleia de vinte e nove de Dezembro de dois mil e onze, perguntando se eu tinha feito a minha intervenção por estar desapontada, por ter terminado o meu contrato, ou por rancor etc...-----

Eu quero que fique bem claro, que tudo o que disse foi para dar a conhecer a todos vós a discriminação laboral, a pressão psicológica, as humilhações que sofremos nestes últimos três anos de contrato, sempre com um sorriso nos lábios para salvuardarmos o nosso emprego, sem demonstrar a ninguém principalmente aos utentes que frequentavam as piscinas municipais. -----

E eu, pensava que tudo o que nos fizeram e disseram era desconhecido do Sr. Presidente, Vice-presidente e vereadores. Pois quero continuar a acreditar que nenhuma destas pessoas sabia o que se passava no nosso local de trabalho. -----

Pois o ódio e a raiva são sentimentos que não os quero ter, pois as pessoas utilizam os piores meios, para subirem na vida espezinhando todos para alcançar os seus fins, não merecem qualquer tipo de sentimento, Deus encarrega-se disso mais tarde ou mais cedo. -----

Depois da minha intervenção e da minha colega Inês fomos acusadas de roubo, de termos violado o sistema informático e a Inês ainda tinha estragado a fechadura do cofre, podem perguntar ao Senhor deputado Manuel Luís Bárbara se é verdade ou mentira que lhe tinham dito isto, pois foi através do seu filho, meu amigo que recebi esta informação. Pois Senhores deputados, isto é para verem, que quando confrontamos as pessoas com a verdade das nossas palavras, a defesa é a mentira, a difamação, o ataque pessoal e a humilhação, isto só demonstra o nível da Sra. Adjunta. -----

Mas como quem não deve, não teme e na reunião de Câmara publica seguinte, eu própria confrontei o Senhor Presidente sobre estas acusações, e ele afirmou que não tínhamos nenhuma acusação, nem eu nem a Inês de roubo, que estava tudo normal e a funcionar na perfeição. Agora peço ao Senhor Vice-Presidente e respectivos vereadores



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

presentes nessa reunião para se relembrem e para lerem a ata dessa reunião para confirmarem o que eu estou a dizer, apesar de não constar em ata a totalidade da minha intervenção, será este o motivo para não gravarem as atas. -----

Estou também farta de ouvir dizer que quem iludiu os funcionários da ex-Aldesc foi o Dr. Armindo Bento, o Professor Francisco Maurício, ou ainda o Partido do MICA, não, não foi, se alguém nos iludiu foi o Sr. Presidente da Câmara quando nos prometeu que continuaríamos no nosso posto de trabalho, e quando nos encostaram contra á parede sobre a nossa compensação dos anos de serviço da Aldesc. Pois foi-nos dito numa reunião vésperas de eleições que “Quem queria as indemnizações, recebia e poderia ir á sua vida, quem queria o posto trabalho teria de abdicar da indemnização e continuava no seu posto de trabalho”, gostava muito que o Senhor Vice-Presidente se lembrasse das palavras do Senhor Presidente, pois estava presente, até me recordo da sua reacção quando colocou as mãos na cabeça, abanando-a negativamente. Mas ouviu isto que eu estou a afirmar. -----

Iludiram ainda os Senhores deputados quando votaram em Assembleia Municipal a extinção da Aldesc com integração dos funcionários no quadro da Câmara. -----

Aproveito agora para pedir desculpa aos meus colegas que há quatro anos atrás queriam entrar com o processo judicial contra o Senhor Presidente e eu muito ingénua defendi-o dizendo que o Senhor Presidente era uma homem de palavra, pois conhecia-o desde os meus oito anos de idade quando comecei a frequentar as aulas de piano da sua tia D. Briolange, foi director da Escola Ginestal Machado, onde fui aluna e depois Presidente Câmara Municipal de Almeirim. Em minha casa sempre ouvi dizer bem deste homem, tanto a nível profissional como humano, tinha tudo para acreditar em si. E depois de ter assinado um contrato de trabalho precário e com validade nula com a autarquia, vim a descobrir que afinal o que eu acreditava era mentira e que as suas palavras não tinham qualquer validade, eram falsas. Peço desculpa a todos os que diziam que eu estava errada. -----

Em Março de dois mil e onze o Senhor Presidente faz outra promessa dizendo que se por qualquer motivo, algum de nós não entrasse no concurso tudo faria para resolver o nosso problema. -----

Até agora, ainda só entraram dois funcionários e os outros como vai ser? Mais uma promessa falsa, que não vai cumprir. -----

Mas afinal tudo não passa de uma mentira. -----

Gostava que reflectissem sobre a situação precária que nos encontramos agora, um dia fomos uns excelentes funcionários e de um dia para o outro, já não éramos



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

suficientemente bons para desempenhar as nossas funções. Agora um ano depois sentimo-nos inúteis para a sociedade pois muitos de nós já somos velhos de mais para trabalhar, alguns ainda tem direito a POC's, trabalho precário. Qual será o nosso futuro e das nossas famílias? -----

Ninguém pensa na parte social. Qual será a nossa solução? Será que podemos ter esperança? Afinal o que é o Estado Social no nosso concelho? -----

Só peço aos futuros candidatos para a Câmara Municipal de Almeirim que sejam sinceros, mais sensíveis e mais humanos. -----

Muitos dos meus colegas estão a terminar o fundo de desemprego, e agora como vão conseguir sobreviver sem emprego, com despesas fixas, com filhos... Uma vida destruída...-----

E ninguém faz nada, ninguém se importa com a vida dos outros ... -----

Pois só se preocupam com o vosso bem-estar. -----

Gostaria ainda que informassem o Sr. Presidente, que também existem POC's nas piscinas e nos pavilhões, pois parece-me que anda um pouco desatento ou mal informado. -----

Obrigado a todos. -----

Um bom ano de dois mil e treze para todos com amor e paz. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Não havendo mais nada para tratar, dou por encerrada esta sessão, desejando a todos um Bom fina de Ano. -----

Boa noite. -----

Às vinte e três horas e cinquenta e cinco minutos do dia vinte e oito de Dezembro de dois mil e doze, deu-se por encerrada a Sessão lavrando-se para constar a presente acta, que, depois de distribuída, lida e aprovada pela Assembleia vai ser assinada pelos membros da Mesa.

**O Presidente da Assembleia,**

---

**O Primeiro – Secretário,**

---

**O Segundo – Secretário,**

---